



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

#### ATA N.º 09/XI-1º/2013-14

1 - Aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e catorze, pelas 21H15, nos Bombeiros Voluntários de Almada, sitos na rua Cândido Capilé, nº 13, em Almada, realizou-se a Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Projeto de Deliberação sobre a Revisão do Regimento da Assembleia Municipal

3.2 - Projeto de Deliberação sobre a Constituição das Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Municipal

3.3 - Projeto de Deliberação de Atualização da Composição do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada

3.4 - Designação de Cidadãos para Cargos Exteriores:

3.4.1 - De doze cidadãos para o Conselho Municipal de Segurança (Lei nº 33/98, de 18 de julho, artigo 5º, nº 1, al. j)

3.4.2 - De representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Almada (efetivo e suplente), (Aviso 7730 - DR, 2ª Série, nº 69, de 8 de abril e Portaria nº 1474/2007, de 16 de novembro)

3.4.3 - De representante da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo do Observatório da Água da Península de Setúbal (efetivo e suplente), (Edital nº 137/IX-2º/2007, de 1 de outubro)



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

3.4.4 - De Autarca de Freguesia para Vogal do Conselho Cinegético Municipal (efetivo e suplente), (Decreto-Lei nº 202/2004 e Decreto-Lei nº 7/2011)

3.5 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aquisição de serviços de fornecimento de energia elétrica em Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE)”

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Desafetação de Parcela de Terreno, do Domínio Público Municipal, sita na Quinta da Ramalha, Freguesia do Pragal”

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração do número de postos de trabalho, na Carreira de Educador de Infância, aprovada em reunião de Câmara e Assembleia Municipal de 05 e 15 de novembro de 2013”

3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Recrutamento excecional/constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo determinado e indeterminado, para preenchimento de postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional”

3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Minuta de Acordo entre o Município de Almada e a REN sobre a Linha de Muito Alta Tensão (Fernão Ferro - Trafaria 2)”.

2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr<sup>as</sup>. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Gerales; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Daniel Pedro Sobral; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Sérgio Cantante Faria de Bastos; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Rita Magda Pinheiro Pereira; Pedro Miguel de Amorim Matias; Nuno Filipe Miragaia Matias; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; Teresa Paula de Sousa Coelho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, com ausência no dia 20 de fevereiro de 2014, (Ent. nº 811/XI-1º), (**Conforme Anexo I**).
- O Senhor Deputado Municipal João Rafael Faustino de Almeida, com ausência no dia 20 de fevereiro de 2014, (Ent. nº 873/XI-1º), (**Conforme Anexo II**).

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- O Candidato Senhor António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 19 de fevereiro, da eleita Sr.<sup>a</sup> Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo III**).

- O Candidato Senhor Bruno Rafael Esteves Manso Ribeiro, apresentado a sufrágio pela lista do PSD e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 20 de fevereiro, do eleito Sr. João Rafael Faustino de Almeida e por impedimento da cidadã Sr.<sup>a</sup> Ana Catarina Ribas Lopes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos IV e V**).

**4.2** - O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; da Charneca de Caparica e Sobreda, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e devido a justo impedimento dos Presidentes do respectivos Órgão Autárquico, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pela eleita na Junta das Freguesias, Senhora Ilda de Lurdes de Oliveira Dâmaso Garrett e Senhora Ana Maria de Matos Sousa Vital Fonseca, respetivamente, (**Conforme Anexos VI e VII**).

**4.3** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

**5** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

**5.1** - Usou da palavra a Múncipe Exm.<sup>a</sup> Senhora Maria Helena Rodrigues Nunes, em representação da Comissão Utentes Saúde Freguesia da Trafaria, residente na Trafaria.

**5.1.1** - A Múncipe Exm.<sup>a</sup> Senhora Maria Helena Rodrigues Nunes:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A todos os presentes muito boa noite.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

O assunto que aqui me traz hoje reporta-se ao encerramento do Centro de Saúde da Trafaria. Como todos já devem saber, encerrou há cerca de um ano, tendo transitado as consultas dos adultos para o Centro de Saúde da Costa da Caparica. Isto deixou os utentes do Centro de Saúde muito penalizados. A Trafaria é uma população bastante idosa, envelhecida e com vários problemas. Tanto precários como de saúde, com mobilidade reduzida e outros problemas assim. Com fracas pensões que já lhes custa comprarem os medicamentos quanto mais pagar os transportes para se deslocarem ao Centro de Saúde da Costa. Atualmente um utente para se deslocar ao Centro de Saúde da Costa, para obter o receituário gasta em média uns quinze a vinte euros porque tem que se deslocar para lá para pedir receituário, volta para casa, tem que ir no outro dia buscar o receituário, voltar para casa, além da taxa moderadora. Sei que muitos doentes para obter o seu medicamento vão à farmácia, a farmácia em geral entrega-lhes os medicamentos até eles poderem receber a sua pensão e pagar. Isto significa alguma coisa, significa como é que as pessoas atualmente estão a viver. Como é que têm ainda mais para pagar os custos dos transportes para se deslocarem ao Centro de Saúde. E ainda agora, no tempo invernos, com chuva, com frio que a deslocação da paragem ao Centro de Saúde ainda é um bocado distante. Como é que estas pessoas se deslocam. Por exemplo um jovem que é tetraplégico, para se deslocar ao Centro de Saúde, infelizmente não há transportes adaptados, terá que ir de táxi, ir e vir, pagar a taxa e como é que ele consegue suportar, com uma pensão de sobrevivência nos duzentos euros e ainda pagar à volta dos trinta euros pelo táxi. Como veem isto realmente não tem cabimento. De quinta-feira faz hoje oito dias só estava a existir no Centro de Saúde da Trafaria apenas as consultas para grávidas e crianças. Atualmente isso já não existe, foi tudo para o Centro de Saúde da Costa da Caparica. Faz hoje oito dias estava um catrapázio na porta do Centro de Saúde de que estava encerrado, dirigindo os



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

utentes para o Centro de Saúde da Costa. Fui ao Centro de Saúde da Costa questionar o porquê e informaram-me que estava encerrado derivado a um curto-circuito, até à data de hoje continua encerrado. Há um curto-circuito doloso, pensar sequer que foi realmente acidental, penso que, bem mas acho que é um pouco conveniente para esta situação, não quero pensar de maneira nenhuma que seja por maldade, não quero pensar de maneira nenhuma isso. Agora nem para grávidas, nem para crianças, nem para adultos, nem para tratamentos, não existe, o posto da Trafaria está encerrado. E o que é engraçado é que de um dia para o outro encerram o posto sem comunicar nem à população, nem aos utentes, nem à Comissão de Utentes de Saúde, não comunicam nada, encerram de um dia para o outro sem qualquer comunicação. Ora, eu penso que isto tem que se ver o que é que está realmente por detrás disto, o porquê.

Eu ontem fui a uma reunião com a Comissão de Saúde no Parlamento, fui pôr este caso e pedi para questionarem o Governo, o Sr. Ministro da Saúde, o porquê, o que é que se passa. Ver realmente, olhar para a população na Trafaria, ver que as pessoas não podem, mal têm dinheiro para comer quanto mais para se deslocarem ao Centro de Saúde da Costa, não é só o preço da deslocação, é tudo o que envolve a sua deslocação. As pessoas não conseguem. Ainda hoje uma utente chegou-se ao pé de mim e disse: “tu sabes como é que eu estou?” Anda com duas bengalas, mal pode sair à rua, mal pode ir ao supermercado, como é que eu vou à Costa nesta situação? O ano passado a população juntou-se, revoltou-se e entregamos perto de dois mil e tal assinaturas ao Sr. Ministro da Saúde, mas a situação mantém-se. Portanto, eu vinha aqui apelar à Câmara e aos Sr. Deputados que realmente exercessem o vosso direito para questionar o Sr. Ministro da Saúde, para ver o que é que se pode fazer em relação ao Centro de Saúde da Trafaria. Porque tem condições, aquilo tem condições para todo o tipo de análise, todo o tipo de diagnóstico, para receber todos os



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

utentes, para deficientes, tem um parque infantil no meio do centro, como é que é possível gastarem-se milhares do erário público para manter um Centro encerrado. Muito obrigado e espero a vossa compreensão.”

**5.2** - Usou da palavra o Município Exm.<sup>o</sup> Senhor Acácio Bernardo, em representação da Associação Apoios Praias Frente Urbana Costa da Caparica, residente na Costa Caparica.

**5.2.1** - O Município Exm.<sup>o</sup> Senhor Acácio Bernardo:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu chamo-me Acácio Bernardo, represento uma recém-criada Associação de Concessionários da Frente Urbana da Costa da Caparica, debatemo-nos nesta altura com graves problemas em toda a frente. Demos a conhecer e pedimos reuniões com alguma urgência a algumas entidades que tutelam a zona, nomeadamente uma carta de apresentação e de pedido de reunião ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Almada. Já nos recebeu, fez o favor de nos atender, de ouvir as nossas questões, questões graves.

Enviámos também uma carta à CostaPolis, suponho que extinto enquanto Polis, não recebemos ainda sequer nenhuma resposta. Continuamos à espera que nos digam algo, porque nós pensamos, como Concessionários daquela Frente toda, a quem tutela ainda a zona, a quem tem recebido rendas, alguns e-mails, mas que não têm resposta.

Enviámos também uma carta de apresentação e pedido de uma reunião de trabalho, para apresentarmos estas questões que nos preocupam muito, à APA (Agência Portuguesa do Ambiente), não obtivemos qualquer resposta. Portanto, não nos foi ainda dada a oportunidade de podermos expor todos os problemas que estamos a passar. E enviámos também uma carta ao Sr. Comandante do Porto de Lisboa, que já nos confirmou uma reunião para o próximo dia vinte e cinco. Portanto, estas são as entidades que nós pensamos que nos poderiam ou podem ajudar no terreno. Estamos a passar por uma situação muito complicada



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

há um mês e meio, mais ou menos, pela força do mar, de estarmos tão expostos ao mar. Naturalmente temos tido muitos prejuízos, essencialmente a nível de bens materiais, não de pessoas, não houve problema com ninguém, mas realmente a nível de bens materiais, há muitos estragos além de naturalmente pelo tempo não podemos trabalhar e não podemos exercer a nossa atividade.

Eu tinha aqui umas notas, algumas já passei ao Sr. Presidente da Câmara, mas queria aqui referir a toda a gente, as questões que mais nos atormentam. A primeira será a reposição de areias, é urgente que se faça a reposição das areias na Costa da Caparica, porque pelo menos sem esta ação a Costa, qualquer dia a água chega ao meio da cidade. Foi-nos prometido que em 2013 haveria a reposição de areias, efetivamente passou o ano, contra aquilo que um órgão da comunicação social referiu e vou dizê-lo sem medo das palavras, a RTP disse uma grande mentira na televisão, porque referiu que todos os anos tem sido reposta a areia. Mentira. Eu estou ali há vinte anos, estou lá todos os dias da minha vida e realmente não tem acontecido, a última vez que aconteceu foi há quatro anos. O último ano estava previsto fazerem e não fizeram. E naturalmente que o mar vai comendo, vai degradando toda aquela zona, ao ponto neste momento estar em cima dos bares, dos apoios, apoios que custaram muito dinheiro e também nos custaram a nós todos os meses e que realmente cada vez estão mais degradados.

Temos aqui depois algumas questões além da praia que é o mais importante, é os prejuízos que nós temos, que são avultados. Quem é que nos pode ajudar. E depois nós batemos às portas, mas ninguém nos diz nada concretamente. O Polis que é quem gere, que é quem recebe as rendas, é quem gere, recebem mas não nos atendem. Quer dizer, nem uma carta, uma carta simples, uma carta com meia dúzia de frases, não nos recebem. Dizem que está



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

em extinção, que foi nomeada uma Comissão Liquidatária, então e nós que estamos ali no terreno todos os dias com empregados, que temos que pagar, é uma complicação.

Vou voltar a falar da questão das areias, porque é realmente muito urgente e depois as entidades não dizem, as entidades não falam. Mas nós vamos sabendo pela comunicação social que realmente no caso concreto no Algarve vai haver excecionalmente reposição de areias. Porque é que não se faz também na Costa da Caparica, excecionalmente reposição da areia, é porque se houver areia, todo o resto funciona melhor. Portanto as pessoas vão à praia, vão naturalmente passear, tem espaço para apanhar sol, tem disponibilidade para gastar algum dinheiro e ajudar desta forma direta os comerciantes, os apoios. Se não houver areia, não faz sentido nós puxarmos pelo mar e sol, sol e o mar, não faz sentido. Não faz sentido porque vamos propor o quê? O mais importante que a Costa da Caparica tem para oferecer é realmente o sol, o mar, a praia, se nós não tivermos praia naturalmente não somos visitados pelos oito milhões e meio de pessoas que visitam por ano a Costa da Caparica. Portanto, quer dizer ficamos ali em deficit, porque realmente não nos preparamos e não podemos proporcionar, enfim não há areia.

Há aqui algumas questões que eu não queria estar a repetir porque já as transmiti pessoalmente ao Sr. Presidente da Câmara, que passam pela limpeza, passam pela sinalética, passam pelo arranjo de ruas, toda aquela envolvente onde nós estamos inseridos que não tem tratamento ou que não tem tratamento condigno, realmente gastou-se ali muito dinheiro em termos de madeiras, em termos de tentar pôr aquilo bonito, mas depois a envolvente está mal tratada, está suja. Penso que deveria haver um pouco mais das entidades, neste caso o Sr. Presidente da Câmara olhar mais para a Costa da Caparica, porque merece, porque a cidade realmente é pobre não tem industria, não tem nada, mas tem a praia, tem o mar. E não tem uma coisa que é elementar que é a limpeza, a limpeza



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

para nós, acho que para qualquer pessoa é muito importante, o asseio, a limpeza, podemos ser pobres mas ser limpos, asseados. E pronto, não vou maça-los mais, a minha ideia incide muito concretamente na areia, a areia é muito importante, se não houver areia não faz sentido estarmos aqui a falar em muito mais coisas, na sinalética, no estacionamento, na limpeza, porque realmente não havendo areia, há muito menos gente que nos visita, portanto deixa de fazer sentido. E portanto fico-me por aqui os reparos, agradeço a todos.”

**5.3** - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Catarina Mendes e o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

**5.3.1** - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Catarina Mendes (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu queria dar apenas uma informação que acho que é nosso dever enquanto eleitos do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, mas também com responsabilidades na Assembleia da República, e por isso mesmo na sequência da visita ontem na Comissão de Saúde dos Utentes do Centro de Saúde da Trafaria, os Deputados do Partido Socialista fizeram uma exposição ao Sr. Ministro. É aquilo que nos compete neste momento, infelizmente não temos a capacidade de poder resolver as questões de outra maneira, mas na nossa função enquanto eleitos, dirigimos uma pergunta ao Sr. Ministro da Saúde no sentido de saber para quando a possibilidade de reabertura do Centro de Saúde da Trafaria e também a reposição dos meios humanos e técnicos que foram retirados desde dois mil e treze, ao longo de dois mil e treze do Centro de Saúde. E por isso mesmo, só para prestar uma informação de que a reunião que ocorreu na Comissão de Saúde para os eleitos do PS, teve uma consequência, a consequência foi uma pergunta dirigida ao Sr. Ministro, evidentemente aguardamos agora a resposta que não virá pelos prazos regimentais antes de



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

três meses, mas às vezes demora um ano a chegar essa resposta infelizmente também, mas era apenas prestar essa informação, quer aos munícipes, quer aqui a todos nós eleitos.”

#### 5.3.2 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação às questões que foram colocadas, no que diz respeito ao Centro de Saúde da Trafaria, naturalmente que estamos solidários e vamos também agir em conformidade com aquilo que todos sabemos, que depende naturalmente daquilo que seja feito a nível da Assembleia da República, aquilo que seja feito a nível das autarquias e nesse aspeto estamos disponíveis e também nesta circunstância daquilo que seja feito pela própria população no sentido de conseguir que haja uma mudança de política em relação aos cuidados de saúde primários, para que os cuidados de saúde primários tenham o seu caráter de proximidade que devem ter no caso concreto o isolamento relativo da Trafaria não é um caso único. Ainda há poucos dias tivemos uma visita ao Centro Paroquial da Costa da Caparica onde o Sr. Padre responsável pelo Centro nos dizia que tem várias viaturas disponíveis todos os dias para assegurar a deslocação de pessoas em dificuldades económicas, seja para serviços de saúde, seja por absurdo que parece, pessoas que não têm meios e que estão a receber o Rendimento Social de Inserção e não tendo dinheiro para transportes públicos têm que se apresentar em serviços oficiais em Almada, no Seixal, enfim, onde se tivesse que pagar os transportes lá se ia o subsídio do RSI. Portanto, se não são as instituições a assegurar o transporte das pessoas para cumprirem as obrigações que se lhes impõem, estávamos desgraçados. Portanto, estamos nesta situação, a nossa solidariedade é total, estamos com certeza convosco e pensamos que atuando em conjunto com certeza que estamos mais próximos de uma alteração de políticas em relação aos cuidados primários, em relação aos cuidados de saúde em geral.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Acácio Bernardo, em nome da Associação de Concessionários. Naturalmente naquilo que nos cabe, tal como foi dito no que diz respeito ao espaço urbano, nós vamos programar e vamos intervir, no que diz respeito à limpeza, como já foi dito e será votado hoje nesta Assembleia, iremos antecipar e reforçar as nossas equipas da salubridade para intervir na Costa e nas limpezas das praias.

Estava-se limitado à limpeza durante a época balnear de junho a setembro, durante aqueles quatro meses. Portanto, vamos antecipar a limpeza a partir do mês de abril, a limpeza das praias. Para além de outras intervenções que tal como foi visto na reunião estamos a considerar fazer. Naturalmente esta questão da contratação de pessoal, mesmo para serviço de limpeza e em condições de emergência não deixa de nos suscitar a questão que deve ser sempre colocada, de que as autarquias são obrigadas a reduzir em dois por cento o seu pessoal e que seria absurdo se fossemos sancionados por contratar pessoal para respondermos a esta situação. Mas não estamos livres de que isso possa acontecer. Portanto, isto é que as transferências do FEF possam ser afetadas, porque não reduzimos o pessoal nos tais ditos dois por cento a que estamos obrigados por Lei. Portanto, aguardemos e esperemos que o Governo tenha o bom senso nestas matérias, não se comportar de forma absurda. Portanto, iremos fazer isso.

Em relação à necessidade do Polis dar resposta às vossas cartas. Naturalmente que essa questão será colocada e está a ser colocada ao Governo, foi colocada na reunião que fizemos, não neste caso ao Governo mas à Agência Portuguesa do Ambiente que não estava a haver resposta às solicitações dos Concessionários e naturalmente que no próximo dia vinte e cinco quando o Sr. Ministro do Ambiente se deslocar, enfim pensamos que é ao nosso Concelho para visitar os estragos provocados pelo temporal, não deixaremos também de colocar estas e outras questões. A vinda do Sr. Ministro ao Concelho corresponde à



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

preocupação que por todo o litoral as populações manifestam sobre a situação que está criada, mas também com certeza que não é estranha à movimentação e às iniciativas que foram tomadas aqui em Almada. Portanto, só prova que se agirmos, se atuarmos, se atuarmos em conjunto é possível que aqueles que têm responsabilidade efetiva sobre as medidas a tomar, tomem alguma iniciativa nesta matéria. Portanto, é sempre bom que os mobilizemos.

Finalmente para complementar, uma questão que foi suscitada ontem e para corrigir da nossa parte, queria-vos dizer que a MEO está a cobrar Direitos de Passagem de forma ilícita. Também um Múncipe nos fez chegar uma fatura da GALP Energia e está cá, Taxa de Ocupação de Subsolo no Município de Almada. Vamos saber se é ilegítimo e iremos atuar em conformidade.”

**5.6** - Deu-se por concluído o Período de Intervenção dos Cidadãos.

**6** - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

**6.1** - Os Srs. Deputados Municipais Nuno Matias e Luísa Ramos e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal usaram da palavra sobre o método de votação da Moção/Deliberação sobre Taxa Municipal de Direito de Passagem.

**6.1.1** - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós realmente propusemos ponto por ponto, obviamente os proponentes têm o direito de aceitar ou não. Só queria perceber no Regimento pode ser desconhecimento meu e reconheço a minha falha, onde é que do ponto de vista da votação fica condicionada a vontade do suscitador, uma vez que nós não propomos alteração do documento, propomos apenas a metodologia de votação, porque no artigo quadragésimo do Regimento a única



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

coisa que faz referência no ponto sete é a alteração do documento e nós só vamos proceder à questão da deliberação.”

**6.1.2** - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

É verdade isso que põe, do ponto de vista do Regimento não há nada que obste a isso Foi uma prática que foi consensualizada que pode ser alterada e pode passar a ser de forma diferente. Do ponto de vista da Mesa o que importa é que as coisas corram. Não é que haja grãos na engrenagem. Do ponto de vista do Regimento nada invalida que seja votada por pontos, não tenho dúvidas disso.”

**6.1.3** - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós mantemos o requerimento no sentido de ser votado ponto por ponto.”

**6.1.4** - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós temos aqui uma questão que é esta, efetivamente quando o consenso não existe deve-se aplicar o Regimento, dado que o Regimento é omissivo nós remetemos ao Regimento.”

**6.2** - Não havendo mais pedidos para o uso da palavra foi encerrado o debate e após verificação do quórum passou-se á votação dos documentos apresentados no período de Antes da Ordem Dia na reunião de ontem dia 19 de fevereiro de 2014.

**6.2.1** - O Requerimento apresentado pelo Grupo Municipal do PS, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Catarina Mendes na reunião de ontem, de baixa à Comissão da Moção sobre a Via Ciclável Cacilhas - Parque da Paz foi submetido a votação sendo aprovado por unanimidade.

**6.2.2** - A Moção/Deliberação sobre Taxa Municipal de Direito de Passagem, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldes, foi aprovada por pontos



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**6.2.2.1** – O Ponto 1, foi aprovado por unanimidade;

**6.2.2.2** – O Ponto 2, foi aprovado por maioria com trinta e três votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do CDS-PP e do PAN) e cinco abstenções (de eleitos do PSD).

**6.2.3** – A Moção/Saudação ao Festival de Teatro de Almada pela atribuição do Prémio da Crítica 2013, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovada por unanimidade.

**6.2.4** – A Moção/Deliberação Contra o processo de alienação do Capital Social da Empresa Gerald e Fomento – EGF, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Revés, foi aprovada por maioria com trinta e um votos a favor de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, BE e PAN) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP), não exercendo o seu direito de voto o Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos por considerar haver incompatibilidade.

**6.2.5** – A Moção/Deliberação sobre Intempéries na Costa da Caparica exigem medidas urgentes do Governo, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Vitorino, foi aprovada por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, BE e do PAN) e um voto contra (de eleito do CDS-PP).

**6.2.6** – A Moção/Deliberação sobre Hospital Garcia de Orta, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do PAN) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**6.2.7** - A Moção/Deliberação sobre TST não responde às necessidades das populações, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com trinta e três votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do CDS-PP e do PAN) e cinco abstenções (de eleitos do PSD).

**6.2.8** - A Moção/Deliberação Por um Arsenal público aos serviço da Marinha, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Gonçalves, foi aprovada com alterações por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do PAN) e seis abstenções (de eleitos do PSD e do CDS-PP), que alterado passou a ter a seguinte redação:

#### Moção/Deliberação Por um Arsenal público ao serviço da Marinha

O recente despacho do Ministro da Defesa Nacional, adjudicando por ajuste direto uma “pequena reparação” do submarino N.R.P Tridente ao estaleiro da Thyssen Systems GmbH (Alemanha) é mais uma atitude do Governo, esclarecedora das suas reais intenções para o Arsenal e os seus trabalhadores. O Arsenal tem capacidade para reparar a frota da Marinha! Os trabalhadores do Arsenal estiveram meses na Alemanha em formação para intervir nos submarinos.

Estamos a falar de uma intervenção que vai custar aos contribuintes portugueses cerca de cinco milhões de euros, mais IVA, dinheiro esse que vai ser retirado à economia do país, ao aparelho produtivo nacional e entregue diretamente a Alemanha.

A conclusão a retirar é a de que esta é mais um passo na destruição e desmantelamento do Arsenal e o seu afastamento em relação à Marinha, com as consequências nefastas, como



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

sempre afirmámos mais esta decisão de Governo, têm em relação ao futuro aos seus trabalhadores do Arsenal e da indústria de reparação naval.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida a 19 e 20 de fevereiro, em sessão ordinária, delibera:

- 1- Manifestar discordância com a decisão do Governo de enviar para reparação na Alemanha o submarino Tridente da Armada Portuguesa.
- 2- Manifestar a sua solidariedade a todos os trabalhadores do Arsenal, e aos seus Órgãos Representativos.
- 3- Manifestar a sua solidariedade e apoio as lutas de massas desenvolvidas e que venham a desenvolver pelos trabalhadores do Arsenal, na defesa dos seus postos de trabalho e de um Arsenal público e ao serviço da Marinha e do País.”

**6.2.9** - A Moção/Deliberação Contra o estacionamento pago no Hospital Garcia de Orta, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, foi aprovada por unanimidade.

**6.2.10** - A Moção/Deliberação sobre o novo regime jurídico na Área Metropolitana, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE e do PAN) e dezassete votos contra (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD e do CDS-PP).

**6.2.11** - A Moção/Deliberação Pela remoção do amianto na EB2/3 da Trafaria, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira, foi aprovada por unanimidade.

**6.2.12** - A Moção/Deliberação sobre Conclusões do Congresso ANAFRE, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Margarida Carvalho, foi aprovada por pontos:



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**6.2.12.1** - A alínea a) foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do PAN) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

**6.2.12.2** - As alíneas b) e c) foram aprovadas por unanimidade.

**6.2.13** - A Moção/Deliberação Pela reposição da semana de 35 horas, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal José Gabriel, foi aprovada com alterações por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do PAN) e cinco votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP) e uma abstenção (do eleito do PSD Sr. Deputado Municipal António Salgueiro), que alterado passou a ter a seguinte redação:

#### Moção/Deliberação Pela reposição da semana de 35 horas

Passado ano e meio desde que foi imposto ao povo português a ingerência da troika estrangeira, assistimos a uma aceleração da destruição de direitos sociais, com particular incidência do lado dos direitos do Trabalho.

Sendo que este retrocesso social só tem explicação no quadro de uma política que privilegia os interesses económicos de uma minoria cada vez mais rica, há, por outro lado, direitos sociais cuja eliminação só faz sentido no âmbito de uma estratégia política de submissão e humilhação dos trabalhadores. É o caso do aumento de horário e correspondente roubo de salários dos trabalhadores da Administração Pública.

Este Governo, sem recurso a qualquer estudo prévio, portanto, sem sustentação económica e social, decidiu aumentar a jornada de trabalho semanal de 35 para 40 horas.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

O Governo quis fazer assentar a sua proposta em duas justificações: a uniformização com a jornada de trabalho vigente no sector privado e, mais envergonhadamente, a redução das despesas do Estado.

A primeira falece, desde logo, porque é falso que todos os trabalhadores do sector privado cumpram horário que perfaça 40 horas semanais. Muitos têm 38 horas ou 37h30 e muitos outros, 35 horas. Dados do Banco de Portugal do final de 2012 revelam que 25,7% dos portugueses empregados trabalham menos de 35 horas por semana; 49,6% trabalhavam entre 36 horas e 40 horas, portanto mesmo estes nem todos trabalhavam 40 horas por semana; e 24,7% trabalhavam mais de 40 horas.

O aumento do período de trabalho semanal, por um Governo cujos partidos que o compõe dizem defender a Família, revela, na prática, um ataque à instituição familiar, diminuindo milhares de horas de convívio entre filhos e pais, marido e mulher, empurrando as crianças para a permanência fora de horas em ATL's, até às 19h00 ou 20h00, até que os pais as possam ir buscar.

Por outro lado, o critério da redução de despesas do Estado aumentando o tempo de trabalho, oficialmente, não se estriba em qualquer análise do impacto que essa redução produz na economia e na procura no mercado interno, não se preocupa com o modo como afecta a vida quotidiana dos trabalhadores da Administração Pública e, entre ainda outras, se limita ou condiciona a qualidade da prestação das funções sociais do Estado aos cidadãos.

Conhecemos apenas o montante do roubo - e porque é de roubo que se trata -, passando os trabalhadores a trabalhar mais sem receber, equivalente a uma redução de 14% nos salários.

Com uma remuneração média que entre os 583.669 trabalhadores da Administração Pública é de 10,00€ hora, estes passaram a trabalhar mais 11.673.380 horas de trabalho por mês,



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

perfazendo um esbulho anual no valor de 1.640 milhões de euros, compreendido neste valor o reflexo nos subsídios de férias e de Natal.

O pedido de fiscalização sucessiva da constitucionalidade da Lei das 40 horas não obteve vencimento no Tribunal Constitucional à razão de seis contra sete votos dos Conselheiros, sendo o critério decisivo para não declarar a inconstitucionalidade, plasmado no Acórdão, a possibilidade que é dada de, através da contratação colectiva, aquele período normal de trabalho ser reduzido para as 35 horas.

Sendo a contratação colectiva resultado da luta de gerações de trabalhadores e, na Administração Pública, produto de recentes lutas, foi pela ação dos trabalhadores que tem permitido que, por todo o país, se tenham alcançado acordos colectivos de entidade empregadora pública (ACEEP) com autarquias locais, prevendo a reposição do período de 35 horas de trabalho semanal.

Esta tem sido a vontade dos trabalhadores e populações e seus legítimos representantes que, porém, tem agora mais um obstáculo: a recusa de um Governo, de legitimidade há muito perdida, que, administrativamente, tem recusado a publicação desses acordos colectivos (ACEEP).

Despudoradamente, os organismos do Governo têm recusado a remessa dos ACEEP para publicação em jornal oficial, escudando-se numa interpretação restritiva, desconforme à Constituição da República, exorbitando competências que a Lei Fundamental sempre lhe vedou, por consagrar a autonomia do Poder Local.

O Governo, em desespero de causa, numa demanda contra a vontade dos trabalhadores e contra a vontade do Poder Local Democrático, tem entendido interpretar de forma literal o disposto na al. b) do n.º 3 do artigo 347º do RCTFP, sem fazer, por conseguinte, uma



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

interpretação em conformidade com o artigo 242º da CRP, consagrando que a tutela da Administração Central sobre as Autarquias Locais é inspectiva de mera legalidade.

A vontade expressa pelo povo e pelos seus legítimos representantes não soçobrará sobre a teimosia - que viola a Lei e a Constituição - de um Governo que só o é porque os seus representantes mentiram em campanha eleitoral, dizendo que não aumentariam impostos, que não “tocariam” nos subsídios de férias e de Natal e que se candidatavam contra os sacrifícios impostos pelo Governo anterior.

Por tudo isto, em defesa dos direitos constitucionalmente consagrados às autarquias locais e às organizações representativas dos trabalhadores, em defesa dos trabalhadores e contra o esbulho dos seus horários - e, logo, dos seus salários -, pela dignidade do Trabalho e pelo trabalho com direitos, por uma política que respeite a vida das pessoas, a Assembleia Municipal, reunida no dia 20 de fevereiro de 2014, delibera:

1. Repudiar o aumento do período de trabalho para os trabalhadores da Administração Pública;
2. Solidarizar-se com a luta dos Trabalhadores da Administração Pública e suas organizações representativas pela reposição da semana de 35 horas de trabalho;
3. Congratular todos os órgãos de Autarquias Locais, em particular as Freguesias de Almada e a Câmara Municipal de Almada pelos Acordos Coletivos - ACEEP subscritos, prevendo a reposição da semana de 35 horas de trabalho;
4. Contestar a atitude do Governo em recusar a remessa para publicação dos ACEEP, subscritos entre os legítimos representantes dos trabalhadores e os legítimos órgãos de governo das Autarquias Locais, em violação da Constituição da República Portuguesa, em particular do seu artigo 242º.”



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**6.2.14** - Usou da palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Catarina Mendes, apresentando uma proposta de alteração à Moção/deliberação Pela recuperação da frente urbana de praias e revitalização da economia local.

**6.2.14.1** - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Catarina Mendes (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Como este foi o último ponto da nossa Assembleia, o Partido Socialista tem uma proposta de alteração ao número três, ou melhor de substituição ao número três, que passará a ter a seguinte redação: “A Câmara Municipal de Almada, nos territórios sobre os quais tem competências, atue com diligência para a urgente requalificação urbana e ambiental de que a Costa necessita.”

Da Moção foi retirado o parágrafo terceiro, o parágrafo quarto, foi alterado o parágrafo quinto para os seguintes termos: “Ao longo dos anos tem-se assistido a pequenas intervenções para acudir às situações mais prementes. O que se exige é uma intervenção que minimize a possibilidade da repetição destes fenómenos, como a recarga de areias nas praias da costa.”

E hoje o ponto três passa a ter a redação que eu referi há pouco.”

**6.2.15** - A Moção/Deliberação Pela recuperação da frente urbana de praias e revitalização da economia local, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Ricardo Quintino, foi aprovada com alterações por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE e do PAN) e um voto contra (do eleito do CDS-PP), que alterado passou a ter a seguinte redação:

Moção/Deliberação Pela recuperação da frente urbana de praias e revitalização da economia local



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

O recente mau tempo tem vindo a afectar toda a zona da frente urbana da Costa da Caparica, com particular destaque para as concessões nas praias da frente urbana da Costa da Caparica, que sofreram avultados prejuízos, já que, por diversas vezes o mar galgou o paredão provocando estragos nos restaurantes e bares aí localizados.

Recorde-se que recentemente o Governo PSD/CDS decidiu extinguir a Sociedade CostaPolis manifestando com isso a intenção de liquidar o programa Polis da Costa da Caparica.

Ao longo dos anos tem-se assistido a pequenas intervenções para acudir às situações mais prementes. O que se exige é uma intervenção que minimize a possibilidade da repetição destes fenómenos, como a recarga de areias nas praias da costa.

A irresponsabilidade do atual governo com a extinção da Sociedade CostaPolis, deixa a Costa da Caparica ao abandono e sem se saber qual a estratégia para o seu futuro.

Assim a Assembleia Municipal de Almada reunida em 20 de fevereiro delibera que:

1. O Governo, através do Ministério do Ambiente, proceda não só à recarga de areia das praias da Costa da Caparica, mas que requalifique a zona afectada e avance com as obras projetadas para a zona entre a praia do norte e a praia do INATEL, assim como elabore um estudo e apresente uma estratégia que permita que a Costa da Caparica, continue a ser um destino de eleição na Área Metropolitana de Lisboa.
2. A Câmara Municipal de Almada continue a pugnar junto do Governo para que o programa polis seja prolongado no tempo, até pelo menos o ano de 2017.
3. A Câmara Municipal de Almada, nos territórios sobre os quais tem competências, atue com diligência para a urgente requalificação urbana e ambiental de que a Costa necessita.”

**6.2.16** - A Recomendação sobre Rede Viária, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Salgueiro, foi aprovada com alterações por unanimidade, que alterado passou a ter a seguinte redação:

Moção/Recomendação sobre a Rede Viária



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

O Concelho de Almada tem a área de 71Km<sup>2</sup>, tem 174 030 habitantes de acordo com os Censos 2011.

O Concelho de Almada tem 13 km de praias, localiza-se a 4 km de Lisboa e 15 km do Aeroporto Internacional da Portela.

A Freguesia da Costa da Caparica tem cerca de 8 milhões de visitantes por ano.

O Santuário do Cristo Rei tem cerca de 600 mil peregrinos, por ano.

O Concelho de Almada teve cerca de 260 mil dormidas em 2012 (1<sup>o</sup> lugar na Península de Setúbal e 3<sup>o</sup> lugar na Área Metropolitana de Lisboa - fonte: Instituto Nacional de Estatística - INE);

Todavia a rede viária do Concelho de Almada encontra-se atualmente em péssimo estado.

Em parte devido ao mau tempo, nomeadamente chuvas, que tem sido quase ininterrupta desde 18 de Outubro de 2013, até ontem.

Por outro lado, existe um deficiente alcatroamento de estradas, avenidas e ruas fora da cidade de Almada, para além de caminhos de terra batida no Concelho. Esta situação, que se mantém com o prejuízo de muitos Almadenses, em especial os que vivem e utilizam a zona do concelho de fora da cidade de Almada e que pagam o seu IMI, piora durante cada inverno com a abertura de autênticas crateras que ficam semanas sem reparação.

De ruas e avenidas salientamos duas delas, situadas na Charneca de Caparica, que se encontram em total estado de degradação, e que servem, ou melhor, que não servem com a qualidade a que os moradores têm direito, designadamente as Avenidas Dom Afonso Henriques e Ilha da Madeira. Estas duas avenidas, largamente utilizadas pelas famílias que residem nos quarteirões adjacentes ou por quem as atravessa com destino a áreas mais distantes, estão, durante todos os invernos, sujeitas a sofrer de alguma falta de atenção da Câmara e, quem as utiliza, a sofrer da sua insensibilidade.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 20 de fevereiro de 2014, recomenda:

- Que a Câmara Municipal dê especial atenção ao estado da rede viária de todo o Concelho;
- Que a Câmara Municipal dê prioridade à reparação e à manutenção, de acordo com a sua disponibilidade orçamental, da rede viária situada nas zonas da União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda e da Freguesia da Costa da Caparica.”

**6.2.17** - A Moção/Deliberação Pela defesa da nossa Costa, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Varela, foi rejeitada por dezoito votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó) sete votos a favor (de eleitos do PSD, do CDS-PP e do PAN) e treze abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do BE).

**6.2.18** - A Moção/Deliberação Um incentivo ao arrendamento, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino, foi aprovada por unanimidade.

**6.2.19** - A Moção/Deliberação Em defesa do Serviço Nacional de Saúde, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira, foi aprovada por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE e do PAN) e uma abstenção (do eleito do CDS-PP).

**6.3** - Usou da palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Maria D'Assis para uma declaração política.

**6.3.1** - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Maria D'Assis (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nos últimos anos tem-se assistido a um isolamento progressivo da freguesia da Trafaria.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Este isolamento deve-se à redução das ligações fluviais entre a Trafaria - Porto Brandão - Belém e cortes nas carreiras da TST que têm uma desajustada cobertura face a horários e frequências, conduzindo a que a população residente na freguesia esteja privada de transportes públicos a partir das horas de ponta e aos fins de semana, reduzindo significativamente o seu direito à mobilidade.

Esta situação é agravada em algumas zonas da freguesia, nomeadamente Cova do Vapor, Pera, Poço do Torno e 2º Torrão, localidades que estão completamente isoladas e desprotegidas de redes de transportes.

Para além do limitado acesso a transportes, a freguesia da Trafaria tem vindo a verificar o encerramento e ou deslocalização de alguns serviços essenciais à população.

A estação dos CTT encerrou, não ficando a população sem cobertura, dado que foi assumido este serviço pelo antigo Executivo da Junta de Freguesia, o que em boa verdade permitiu manter o serviço de proximidade e o seu cunho de serviço público, alertando-se no entanto para a necessidade da manutenção deste mesmo serviço.

O Centro de Saúde deslocalizou grande parte dos seus serviços para o Centro de Saúde da Costa de Caparica, mantendo-se apenas os Serviços de Enfermagem e de Neonatologia, que por vezes encerram por falta de recursos ao nível da segurança, obrigando os utentes a deslocar-se à Costa de Caparica para tratamentos urgentes e inadiáveis. Acresce que muito recentemente as instalações encerraram sem qualquer informação sobre a reabertura.

O Atendimento e Acompanhamento em Ação Social que deveria ser um serviço de proximidade é feito quinzenalmente nos Serviços Locais de Almada, tornando o processo moroso e oneroso, quando poderia ser transferida esta competência para alguma das IPSS's que operam no terreno.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Salienta-se que a freguesia da Trafaria, segundo o Diagnóstico Social do Concelho de Almada, apresenta a maior taxa de desemprego do concelho, representando os desempregados 20,16%, quando a média no concelho é de 14,34%.

A população idosa, representa 24,32% da população residente, não correspondendo de todo os serviços de saúde prestados às necessidades que este público apresenta.

O encerramento e ou deslocalização dos serviços, a diminuição dos meios de transporte, tem conduzido a um maior agravamento das condições de vida da população da Trafaria, que é fortemente agravada em algumas localidades (Poço Torno, Ribeiro e 2º Torrão) onde a estes problemas se somam as questões relacionadas com a habitação e infraestruturas de apoio (água canalizada, eletricidade, rede de esgotos).

Nos núcleos habitacionais referidos, a população aguarda há vários anos o seu realojamento, promessa feita por vários executivos camarários, urgindo a necessidade de se encontrar estratégias integradas e concertadas no âmbito da rede social local e entidades públicas que contrariem o isolamento da Trafaria e promovam o desenvolvimento deste território.

Por outro Lado impõe-se a erradicação dos guetos constituídos por alguns núcleos habitacionais, proporcionando o acesso a uma habitação digna dos agregados familiares aí residentes.

A presente exposição visa sensibilizar e alertar o atual Executivo Camarário para um olhar mais atento, uma intervenção efetiva que pressupõe um plano concreto de intervenção no âmbito das suas competências para a resolução e correção dos problemas apresentados, máxime o realojamento definitivo de quem vive em condições sub-humanas nos territórios identificados.”

**6.4** - Foram aprovadas por unanimidade as Atas Nº<sup>as</sup> 04/XI-1º/2013-14, 05/XI-1º/2013-14, 04/XI-1º/2013-14 e 07/XI-1º/2013-14 e ratificadas as respetivas Minutas das Atas.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

7 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação e votação do Projeto de Deliberação sobre a Revisão do Regimento da Assembleia Municipal, (**Conforme Anexo VIII**).

7.1.1 - Não havendo pedidos para o uso da palavra e após verificação do quórum passou-se á votação da Revisão do Regimento da Assembleia Municipal que foi aprovado por unanimidade, através da seguinte deliberação:

#### **Deliberação:**

**A Revisão do Regimento da Assembleia, aprovando assim o novo Regimento da Assembleia Municipal de Almada que entra em vigor no dia seguinte à sua publicitação.**

7.2 - Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação e votação do Projeto de Deliberação sobre a Constituição das Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Municipal, (**Conforme Anexo IX**).

7.2.1 - Não havendo pedidos para o uso da palavra e após verificação do quórum passou-se à votação da Deliberação sobre a Constituição das Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Municipal, que foi aprovada por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica, do PSD, do BE e do PAN) e uma abstenção (do eleito do CDS-PP), através da seguinte deliberação:

#### **Deliberação:**

**A Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos do artigo 10º, nº 1, alínea c), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 88º e seguintes aplicáveis do Título VI do Regimento da Assembleia, delibera constituir as seguintes Comissões Especializadas Permanentes e definir-lhes o objecto e a composição:**



## **MUNICÍPIO DE ALMADA**

### **Assembleia Municipal**

#### **Comissão nº 1**

**Denominação: ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS**

**Composição: 4 CDU, 3 PS, 2 PSD, 1 BE.**

**Mesa: Presidente PSD, Secretário CDU**

**Âmbito de ação: Opções do Plano, Orçamento, Documentos de Prestação de Contas, Empréstimos, Posturas e Regulamentos.**

#### **Comissão nº 2**

**Denominação: EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE e DESPORTO**

**Composição: 4 CDU, 3 PS, 2 PSD, 1 BE.**

**Mesa: Presidente CDU, Secretário PS**

**Âmbito de ação: Educação, Cultura, Juventude, Desporto e Movimento Associativo.**

#### **Comissão nº 3**

**Denominação: AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

**Composição: 4 CDU, 3 PS, 2 PSD, 1 BE.**

**Mesa: Presidente PS, Secretário CDU**

**Âmbito de ação: Ambiente, Higiene e Salubridade, Saneamento Básico, Urbanismo, Turismo e Desenvolvimento Económico.**

#### **Comissão nº 4**

**Denominação: AÇÃO SOCIAL, SERVIÇOS PÚBLICOS e TRANSPORTES**

**Composição: 4 CDU, 3 PS, 2 PSD, 1 BE.**

**Mesa: Presidente CDU, Secretário PSD**

**Âmbito de ação: Questões Sociais, Saúde, Serviços Públicos, Habitação Social, Transportes e Mobilidade.**



## **MUNICÍPIO DE ALMADA**

### **Assembleia Municipal**

Os Membros de cada Comissão, assim como os respetivos Presidente e Secretário são indicados pelos respetivos Grupos Municipais em consideração da composição e mesa prevista.

O Deputado Municipal do CDS-PP, assim como a Deputada Municipal do PAN, únicos representantes do respetivo Partido indicarão ao Presidente da Assembleia as duas Comissões que integrarão como membros efetivos.

A Conferência dos representantes dos Grupos Municipais fica responsável pelas questões da Segurança dos Cidadãos e da Protecção Civil, funcionando para estas matérias como Comissão Permanente aplicando-se as disposições regimentais com as devidas adaptações.

7.3 - Entrou-se no ponto 3.3 da agenda com a apreciação e votação do Projeto de Deliberação de Atualização da Composição do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada, (Conforme Anexo X).

7.3.1 - Não havendo pedidos para o uso da palavra e após verificação do quórum passou-se à votação da Deliberação sobre Atualização da Composição do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

#### **Deliberação:**

Tendo em consideração a Lei nº 33/98, de 18 de julho, que cria os Conselhos Municipais de Segurança, em que no seu artigo 6º determina que compete à Assembleia Municipal aprovar o respetivo Regulamento do Conselho.

Considerando que o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada aprovado em 28 de abril de 2000, dispõe no seu artigo 28º de que o seu Regulamento pode ser revisto a todo o tempo pela Assembleia Municipal.



## **MUNICÍPIO DE ALMADA**

### **Assembleia Municipal**

Considerando também que a composição do Conselho de Segurança de Almada determinado pelo artigo 4º do Regulamento, definido ao abrigo do artigo 5º, da Lei nº 33/98, se encontra desatualizado, designadamente, por efeito de alterações legais de entidades e organismos da Administração Central.

Nestes termos a Assembleia Municipal de Almada aprova alterar o artigo 4º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada, que passa a ter a seguinte redação:

#### **Artigo 4º**

##### **(Composição)**

**Integram o Conselho:**

- a) O Presidente da Câmara Municipal;**
- b) O Presidente da Assembleia Municipal;**
- c) O Vereador responsável pelo pelouro da segurança;**
- d) Os Presidentes das Juntas de Freguesia;**
- e) Um representante do Ministério Público da Comarca;**
- f) Os Comandantes da Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública e Polícia Marítima;**
- g) Os Comandantes dos Bombeiros Voluntários de Almada, Cacilhas e Trafaria e o Coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil;**
- h) Um representante da Equipa de Tratamento de Almada do Centro de Respostas Integradas da Península de Setúbal do Departamento de Intervenção nos Comportamentos e na Dependência;**
- i) O responsável na área do município, ou seu representante, por cada uma das seguintes instituições de âmbito social:**



## **MUNICÍPIO DE ALMADA**

### **Assembleia Municipal**

- Centro Regional de Segurança Social
- Centro de Emprego - Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Delegação Escolar da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares da Região de Lisboa e Vale do Tejo

**j) Um representante local de cada uma das seguintes entidades de âmbito social:**

- Instituições Particulares de Solidariedade Social - IPSS's
- Organizações Não Governamentais - ONG's
- Santa Casa da Misericórdia de Almada
- Diretores de Escolas e Agrupamentos de Escolas da Área Pedagógica de Almada - AP12
- Associações de Pais e Encarregados de Educação - UCAPA/FERSAP

**k) Um representante local de cada uma das seguintes entidades de âmbito económico, patronal e sindical:**

- Associação de Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal/Delegação de Almada
- Associação de Inquilinos Lisbonenses/Delegação de Almada
- Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - CGTP/IN - Sindicatos de Almada
- União Geral dos Trabalhadores - UGT/Sindicatos de Almada

**l) Um representante local de cada uma das seguintes entidades:**

- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Regionais - Delegação de Almada
- Representante da Administração do Porto de Lisboa

**m) Doze cidadãos de reconhecida idoneidade, a designar pela Assembleia Municipal.**

**7.4** - Entrou-se no ponto 3.4 (3.4.1; 3.4.2; 3.4.3 e 3.4.4) da agenda com a:

**7.4.1** - Eleição de doze cidadãos para o Conselho Municipal de Segurança (Lei nº 33/98, de 18 de julho, artigo 5º, nº 1, al. j).



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**7.4.2** - Eleição de representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Almada (efetivo e suplente), (Aviso 7730 - DR, 2ª Série, nº 69, de 8 de abril e Portaria nº 1474/2007, de 16 de novembro).

**7.4.3** - Eleição de representante da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo do Observatório da Água da Península de Setúbal (efetivo e suplente), (Edital nº 137/IX-2º/2007, de 1 de outubro).

**7.4.4** - Eleição de Autarca de Freguesia para Vogal do Conselho Cinegético Municipal (efetivo e suplente), (Decreto-Lei nº 202/2004 e Decreto-Lei nº 7/2011).

**7.4.5** - Foi declarado aberto o período de apresentação de candidaturas.

**7.4.5.1** - Deram entrada na Mesa quatro propostas de candidatura referentes às respetivas eleições e designadas todas elas por Lista A, assim como as declarações de aceitação de candidatura de cada um dos candidatos, (**Conforme Anexos XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI**).

**7.4.5.2** - Não havendo mais propostas nem pedidos de palavra procedeu-se à distribuição dos boletins de voto e realizou-se a chamada, tendo os Srs. Deputados presentes exercido o seu direito de voto.

**7.4.5.3** - Findas as votações as Sr.ªs Deputadas Secretárias da Mesa procederam ao escrutínio.

**7.4.5.4** - O Presidente anunciou o resultado das votações em que registaram:

**7.4.5.4.1** - Para o Conselho Municipal de Segurança, a Lista A obteve trinta e quatro (34) votos Sim, três (3) votos Não e um (1) voto Abstenção.

**7.4.5.4.2** - Para a Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Almada, a Lista A obteve dezanove (19) votos Sim, onze (11) votos Não, sete (7) votos Abstenção e um (1) Nulo.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**7.4.5.4.3** - Para o Conselho Consultivo do Observatório da Água da Península de Setúbal, a Lista A obteve trinta e três (33) votos Sim, dois (2) votos Não e três (3) votos Abstenção.

**7.4.5.4.4** - Para o Conselho Cinegético Municipal, a Lista A obteve trinta e dois (32) votos Sim, um (1) votos Não e cinco (5) votos Abstenção.

**7.4.6** - Nestes termos o Presidente proclamou eleitos como:

**7.4.6.1** - Representantes no Conselho Municipal de Segurança, os seguintes Cidadãos:

- A Cidadã Dr.<sup>a</sup> Maria Alice Fernandes;
- O Cidadão Eng<sup>o</sup> Álvaro Rocha Martins;
- A Cidadã Prof.<sup>a</sup> Cremilde L. B. Nunes de Castro;
- O Cidadão Dr. João A. S. de Oliveira Reboredo;
- O Cidadão Dr. José Manuel de Morais Anes;
- O Cidadão Dr. Luís Cerveira Batista;
- A Cidadã Dr.<sup>a</sup> Maria Inês Albuquerque e Castro;
- A Cidadã Sr.<sup>a</sup> Maria Joaquina Batista Simões;
- A Cidadã Dr.<sup>a</sup> Maria Luísa Gueifão de Oliveira;
- A Cidadã Dr.<sup>a</sup> Maria do Rosário Vasconcelos;
- O Cidadão Sr. Mário José D'Araújo;
- O Cidadão Sr. Osvaldo da Conceição Bonança Azinheira.

**7.4.6.2** - Representantes na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Almada:

Representante Efetivo - O Presidente da Assembleia Municipal, Deputado Municipal

Exm.<sup>o</sup> Senhor José Manuel Maia Nunes de Almeida

Representante Suplente -O Deputado Municipal

Exm.<sup>o</sup> Sr. Pedro Manuel Nunes de Oliveira



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**7.4.6.3** - Representantes no Conselho Consultivo do Observatório da Água da Península de Setúbal:

Representante Efetivo - A Deputada Municipal

Exm.<sup>a</sup> Senhora Sónia Tchissole Pires da Silva

Representante Suplente -A Deputada Municipal

Exm.<sup>a</sup> Senhora Alexandra Branco Ralo Barata Correia

**7.4.6.4** - Representantes no Conselho Cinegético Municipal

Representante Efetivo - O Autarca de Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda

Exm.<sup>o</sup> Sr. Carlos Manuel Costa Botelho de Moura

**7.5** - Entrou-se no ponto 3.5 da agenda com a apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal, (**Conforme Anexo XXII**).

**7.5.1** - Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara declarando que o documento foi entregue estando ao dispor das questões que lhe queiram colocar.

**7.5.2** - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Nuno Matias, Ana Salvado, Carlos Guedes, António Pedro Maco, Pedro Matias, Pedro Oliveira, José Joaquim Leitão o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Vereador António Matos a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

**7.5.2.1** - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

De forma muito telegráfica, porque a hora já vai longa.

Na última sessão nós tivemos ocasião de sugerir a melhoria do Relatório que nos é distribuído, porque nós percebemos que há aqui muita factualidade daquilo que o desenrolar da atividade camarária, mas entendemos nós que por um lado carecia ainda de alguns melhoramentos que foi até e bem avaliado de forma positiva pelo Sr. Presidente da Câmara



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

no sentido de poder disponibilizar mais alguma informação, nomeadamente e naquilo que foi a nossa solicitação por um lado em relação àquilo que é a intervenção judicial do Município em processos pendentes para que seja do conhecimento de todos os eleitos daquilo que se passa da realidade da autarquia, bem como aquilo que foi a atividade desenvolvida no caso pelo GACECI a nível da capacidade de atração de investimento para o Concelho. É certo que não aparece ainda neste Relatório, não é isso que nos estamos a queixar, percebemos que também não é de um minuto para o outro que podemos alterar a mecânica do funcionamento da produção dos documentos, mas deixava apesar de tudo a solicitação se nos poder dar alguma informação sobre essas matérias, naturalmente enriqueceria a nossa avaliação, mas deixaríamos mais uma sugestão em relação a este documento que, parece-nos a nós, pode ajudar a uma maior leitura qualitativa do mesmo. Porque aquilo que nós vemos ao longo das páginas é objetivamente os dados factuais. E pegando só aqui num exemplo, na página setenta e cinco fala-se por exemplo que ao nível do Contact Center houve um registo de trinta e cinco mil trezentos e noventa e três contatos, e a nível da Loja do Município foi assegurado o atendimento de trinta e nove mil trezentos e oito munícipes. Bom, objetivamente são dados quantitativos, nada a opor, nada a criticar. Entendemos que poderia ser melhor até para uma leitura mais qualitativa do documento que nós pudéssemos ter ao fim ao cabo a comparação do período homólogo de avaliação. Claro que podem dizer, foi distribuído, então é só ir ver. Objetivamente seria só ir ver, mas pensamos nós que melhora qualitativamente a leitura deste tipo de documentos ter alguma comparação histórica daquilo que foi o cumprimento, sobretudo nas áreas mais centrais de atuação camarária. Alguma avaliação homóloga para nós percebermos do ponto de vista qualitativo qual foi a evolução, sendo certo que muitas das avaliações não têm a ver com a intervenção direta do município, objetivamente não é a Câmara que vai atrás dos munícipes para serem atendidos. Mas era



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

para nós percebermos objetivamente qual era a evolução e pensamos nós que ajuda à leitura qualitativa do documento, que enriquece ao fim ao cabo todos nós que queremos acompanhar de forma também ela qualitativa da atividade municipal.”

#### 7.5.2.2 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Salvado (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente de Câmara trago-lhe duas questões que visam, basicamente os mesmos destinatários. Uma delas prende-se com o Plano Municipal de Mobilidade e Acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada, Plano esse que salvo erro está há três anos em marcha, desenvolvido através da concessão de um serviço externo e o Relatório vem referir que houve nos passados meses de novembro e dezembro uma formação a um conjunto de dirigentes autárquicos. A nossa questão prende-se exatamente, para tentar perceber em que contexto, em que fase é que esta atividade, esta ação do referido Plano se insere e que tempo ainda resta, precisamente para nós termos um dia na rua o referido Plano e que iniciativas entretanto têm sido adotadas e equacionadas.

Relacionado com o mesmo Plano e de uma forma até mais de enquadramento sistémico, tentar perceber como é que ele se vai articular ou se já se articula com o Plano de Acessibilidades e Mobilidade 21, tendo em conta que algumas das medidas que pensamos nós que estão previstas num Plano com esta dimensão e com esta natureza, fará todo o sentido ser enquadrado e ser questionado no âmbito deste segundo Plano que acabei de referir.

A minha segunda questão não estando focada, a nosso ver, com bastante pena no Relatório que está em análise e nos Relatórios anteriores, tem a ver com uma Moção que foi à cerca de dois ano aqui apresentada e aprovada nesta Assembleia, aquilo que estava previsto na Moção era que a Câmara tomasse as diligências necessárias para a criação de um serviço



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

de informação e mediação para pessoas com deficiência. Essa criação desse serviço foi portanto no âmbito desta Moção aprovada e a nossa questão é questioná-lo dois anos depois que diligências foram feitas junto do serviço competente da Administração Central que gere no fundo este projeto em colaboração com as autarquias locais. Em que estado no fundo se encontra este processo que foi aprovado nesta Assembleia e portanto dirigi à Câmara precisamente essa iniciativa e portanto é uma iniciativa da sua competência para promover a criação de um serviço de informação e mediação para pessoas com deficiência.”

#### 7.5.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu hoje venho falar de alguns assuntos. Começo pelo muro de proteção entre o mar e o 2º Torrão, que no final do ano passado foi destruído na altura daquela primeira intempérie e que até hoje continua no chão. Sabemos que as responsabilidades ali são muito repartidas, mas entendemos que quem ali vive e tendo em conta o que tem vindo a assistir, merece atenção e merece que sejam feitos todos os esforços para que as entidades responsáveis hajam no sentido de se proteger aquela população que ali vive.

Queria falar também de uma intervenção que foi feita em novembro na rua Barradas de Carvalho, ali na Quinta da Alegria, em Cacilhas. Foram substituídas umas árvores que já estavam envelhecidas, a substituição foi exemplar, foi feita em tempo record, acontece que desde então para cá existiam ali uns bancos de jardim que continuam lá mas que continuam sem ser colocados, com as pedras levantadas e seria bom que a situação fosse resolvida.

Tenho também a assinalar em relação a um ecoponto que se situa no cruzamento da avenida do Cristo Rei com a rua D. João de Castro, em Almada e que começa por ter a situação caricata de ter uma passadeira que termina precisamente onde está colocado o ecoponto. Acontece que esse ecoponto é utilizado para isto (registo fotográfico). É evidente



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

que nós não podemos inculir nas pessoas o bom senso, a responsabilidade, a urbanidade de fazerem os despejos dos seus resíduos no local apropriado, acontece que isto é feio, é uma zona onde passa muita gente, é perigoso para a saúde pública e isto repete-se e eu falo de situações concretas que nos chegaram. Repete-se na avenida Professor Egas Moniz em frente à Escola António da Costa, onde todos os dias passam crianças e que acontece também no cruzamento da rua Conceição Sameiro Antunes com a avenida da Fundação. Seria bom que pelos serviços de recolha do lixo dessem atenção, a fiscalização da Câmara também tem que atuar de forma mais rígida no sentido se calhar de moralizar um pouco a atuação dos nossos concidadãos.

Por último. Após as obras de repavimentação da estrada da Bela Vista, uma rua que foi muito utilizada por camiões que fizeram essas obras que é a rua Francisco Manuel Nascimento em Vale Fetal, ficou bastante mal tratada porque os camiões passavam ali todo o dia e apresenta não só vários tipos de pavimento com gravilha solta e com buracos de alguma dimensão e quem ali vive, têm os seus carros, têm as crianças, têm pessoas de alguma idade e isso seria bom que fosse dada alguma atenção a esta rua no sentido de resolver esta situação.”

#### 7.5.2.4 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos o CDS-PP gostaria muito rapidamente de colocar três questões. Duas delas relativamente a questões de segurança e uma outra relativamente a cultura.

Relativamente à questão de segurança, isto já foi uma questão que foi ontem levantada aqui por parte da Juventude Socialista, relativamente à segurança ou insegurança, ou à falta de segurança que existe naquela zona das Faculdades, nomeadamente da Caparica. Foi falado



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

apenas na Faculdade de Ciência e Tecnologia, mas devemos lembrar que existe também a Faculdade Egas Moniz e que essa Faculdade mesmo, o CDS-PP já teve a oportunidade de transmitir aquando da reunião com o Sr. Presidente da Câmara relativamente à questão da iluminação, é que continuamos ainda com algumas lacunas relativamente à questão da iluminação.

Depois gostaria também de questionar relativamente ao antigo posto da PSP de Almada, para verificar em que pé é que está a mesma situação, visto que à partida aquilo que foi transmitido é que a PSP iria deslocar, ou a Câmara Municipal atribuiu umas instalações, uma parte das instalações para a PSP de Almada, e até ao momento pelo que nos é sabido a PSP ainda não terá ocupado essas mesmas instalações, e aí o CDS gostaria de saber qual a razão.

Depois também gostaríamos de saber relativamente ao antigo Teatro de Almada, para quando está prevista a inauguração.”

#### 7.5.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Partido Socialista relativamente à Atividade Municipal tinha aqui três ou quatro questões que gostaríamos que o Sr. Presidente tomasse em consideração.

A primeira questão que gostaria que também o Sr. Presidente tivesse em consideração tem a ver com a questão da Mobilidade nesta Freguesia de Almada. Como sabe o documento Acessibilidades 21 é um documento que tem uns anos e que nos últimos anos nesta Freguesia, e basta ver o Relatório de Avaliação, ficou muito aquém daquilo que era as necessidades desta Freguesia. Esta zona urbana é uma zona com alguma densidade, é necessário trabalhar o documento, como sabe foi implementado uma primeira fase e depois teve que se voltar para trás no sentido de que não se conseguia implementar aquilo que se



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

tinha proposto, portanto houve uma má avaliação, houve uma avaliação errada sobre aquilo que foi o Plano de Mobilidade nesta Freguesia, e o Município nos últimos anos tem vindo a corrigir algumas lacunas graves, penso que tem sido em certa medida bem. E nesse sentido não estou aqui para fazer muitas considerações porque também não é o espaço certo, nem é esse o tema sobre o Acessibilidades 21, mas como o próprio documento diz “há um conjunto de situações que são transitórias e muitos estão em ponderação”, nós iríamos propor uma questão que nos parece que para esta Freguesia, para os Múncipes, para os Comerciantes, para os atores que aqui vivem, acho que é importante e devia ser considerada, que é a praça do MFA voltasse a ser uma rotunda, voltasse a ser a rotunda do centro de Almada e que se voltasse a reabrir o trânsito na rua de Olivença e na rua Luís de Queirós. Como sabe a zona norte da cidade, a Bernardo Francisco da Costa foi talvez das zonas da cidade que mais sofreu com o impacto deste plano, teve uma deteriorização muito rápida sobre o comércio local, houve um decréscimo até muito grande do mercado, teve um impacto muito grande no mercado municipal, as pessoas não conseguiam passar da parte sul para a parte norte, tinham que ir às portas da cidade e isso foi um constrangimento para que os múnicipes ali se dirigissem. Penso que já não conseguimos repor como era antes, mas penso que se calhar era bom que fosse ponderada esta questão.

Uma outra questão que nos parece também importante e eu gostava que o Sr. Presidente hoje aqui também desse um esclarecimento cabal tem a ver com a reprogramação da candidatura a Academia Almadense, relativamente ao antigo cineteatro. Como sabe isto é também um processo que está inquinado desde o início, também não vale a pena perceber de quem é a responsabilidade para já, portanto o que queremos é que a obra seja realizada, como sabe é um equipamento que é importante para a Freguesia e era importante nessa medida que esclarecesse qual é a fase em que está a reprogramação e se vai avançar.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Uma terceira nota também com a Freguesia no largo Infante D. António, nas Torcatas. Eu deparei-me aqui há uns dias que foram cortadas as árvores daquele largo, que é um largo com cerca de quarenta anos, que faziam sombra e que eram árvores que davam alguma beleza ao largo e que foram cortadas há uns dias, não sei se foi pela intempérie que não me pareceu, as árvores estavam em condições, foram cortadas não sei porquê.”

#### 7.5.2.6 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu gostaria de referir neste ponto dois aspetos que me parecem ser importantes. É a AMARSUL que faz a recolha de resíduos e da qual está responsável. Tenho verificado nos últimos tempos que ao contrário do que acontecia anteriormente, havia o condutor e havia uma outra pessoa, agora só existe o condutor que é o responsável por toda a ação. Amiúde verifico que funciona o mecanismo da recolha, mas ficam resíduos à volta dos contentores, muitos resíduos à volta dos contentores. Há aqui algo que está a funcionar mal, porque também se verifica uma certa pressa nos respetivos condutores dos veículos. Provavelmente ou porque houve redução de pessoal na AMARSUL, é evidente que não é um problema que incumba à Câmara resolver, mas os serviços também da recolha ficam com uma situação mais agravada que é a AMARSUL passa mas ficam muitos resíduos junto aos contentores. Um outro aspeto é ainda sobre os contentores que não têm nenhum sistema que lhes permita ficar em muitos locais sem se deslocarem. O que é que acontece? Com as intempéries, com as ventanias amiúde verifica-se que os contentores de uma forma inesperada são arrastados para o meio das vias, que podem colocar problemas graves de segurança quer a peões, quer aos veículos. Portanto, em exemplo do que acontece em alguns locais que há mecanismos de retenção dos contentores de lixo, penso que deveria ser de uma forma generalizada no Concelho.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Ficam estas duas sugestões.”

**7.5.2.7** - O Sr. Vereador António Matos, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Relativamente à informação solicitada que tem que ver com o Plano Municipal de Promoção das Acessibilidades do Concelho de Almada. Lembrar que este Plano Municipal é um Plano de grande dimensão e com o propósito não só de dotar a governação da cidade, do Concelho de um instrumento que lhe permita intervir no domínio da modelação física e material da cidade com vista a facilitar a mobilidade dos cidadãos portadores de mais dificuldades de mobilidade. Mas também apetrechar todos quantos de uma forma ou de outra participam do processo de educação dos cidadãos e de formação integral dos indivíduos no sentido de que todos e cada um de nós sejamos construtores com os nossos atos quotidianos dessa sociedade que há quem fale em cidade para todos, os mais apetrechados e os menos, as cidades do oito, oitenta desde que sirva para os pequeninos até àqueles que em fase adiantada da vida tenham maior dificuldade em dela usufruir com facilidade. Dela usufruir amplamente. Tem uma fase de um diagnóstico muito fino, vai ao ponto do diagnóstico ir ao micro de todo o Concelho, o que significa um tempo de construção dilatado, não se limita a andar nas artérias principais e diagnosticar como são em matéria de acessibilidade os edifícios principais, vai, não direi em todo o lado, mas o nível é bastante cirúrgico e uma segunda fase de aplicação. As acessibilidades como todos sabemos, tem que ver não só com as acessibilidades aos principais edifícios públicos, ao espaço público em si, mas também à área dos transportes e à área do acesso aos meios informáticos e aos meios de comunicação. Portanto, nesta área é um Plano bastante avançado e ele está neste momento na sua fase final de conclusão. No entanto queria informar que ao longo dos últimos tempos e no cumprimento do primeiro esboço do Plano vai ocorrendo ações de formação com os



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Professores é importante isto, várias ações de formação com os Professores, no sentido de eles próprios desenvolverem ações com as crianças que educam no sentido de os apetrechar como disse atrás, para participar na construção desta cidade inclusiva que nós somos e queremos ser mais, e ações de formação com os próprios funcionários técnicos que é daqueles que trabalham na intervenção física, fina e concreta a nível dos passeios, as estradas, etc., como também os técnicos do planeamento, os técnicos da área do urbanismo. Essas ações de formação têm ocorrido, são uma parte importante já desta intervenção global que diz apetrechar os construtores da cidade, há uma produção já que tem que ver com um livro notável produzido por uma escola selecionada, um caso do Marco Cabaço que envolveu trezentas crianças dessa escola, os tal vinte e tal professores que deu origem à edição de um livro de uma história em Almada, escrito em braille, em linguagem gestual e com informação dos próprios professores nessas áreas e a sensibilização às crianças. É um livro notável que há quem diga, ainda há poucos dias foi visto por professores estrangeiros e consideram uma coisa de top internacional.

Portanto, tem havido todos estes passos e nos próximos meses todo este processo estará fechado com a aprovação e a respetiva divulgação deste Plano Municipal de Promoção das Acessibilidades no Concelho de Almada.”

#### 7.5.2.8 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Há aqui um conjunto de questões para poder responder, voltaria a agarrar nesta questão que tem a ver com os Planos de Mobilidade os grandes Planos. Esta é uma matéria da qual já se fala desde final dos anos oitenta, ganhou do século passado, portanto já vamos há trinta anos com preocupações com os problemas da mobilidade dos cidadãos e continuamos sem conseguir encontrar, em ir muito além daquilo que são os Planos, os Planos são bons, têm



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

sido feitos, mas podemos dizer que na generalidade do País, depois quando se passa à prática avança-se pouco. E quero-vos dizer que com as agregações das Freguesias vamos ficar ainda com maiores dificuldades em relação a isto, porque grande parte dos problemas que estão associados a estes Planos de Mobilidade passam por intervenções de proximidade que no contexto atual e das agregações de Freguesias e com a manutenção dos recursos que as Freguesias têm, portanto o que há que esperar não é progressos muito assinaláveis. Naturalmente há muita coisa a fazer no plano da sensibilização, mas há e nessas coisas alargamento dos passeios, conceção dos passeios, desnivelamento dos passeios e dos lancis, enfim estamos a falar da mobilidade do cidadão se é que eu percebi bem a questão colocada.

Depois há as coisas de outra dimensão que têm a ver com a circulação mais geral também das pessoas e dos automóveis.

Em relação, neste aspeto, à questão colocada, no que diz respeito à zona central de Almada nós registamos enfim, esta preocupação em relação à praça MFA, à rua de Olivença enfim existem várias sugestões que nos têm chegado, umas nesse sentido, outras no sentido de se abrir a rua Fernão Lopes e outras que têm a ver com interesses económicos ou de investimento na zona, enfim que também teriam que ser acompanhados por algumas alterações relacionadas com o trânsito, enfim tudo isso naturalmente terá que ser ponderado no quadro da preocupação que nós temos todos que é de tornar melhor e mais qualificada a circulação e a utilização daquela zona da cidade. Portanto, há também este tipo de intervenções na área da animação, portanto não deixamos naturalmente de registar também este tipo de propostas e procurar naturalmente tê-las em conta nas soluções que a seu tempo teremos também aqui para consideração por todos vós.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Em relação a um conjunto de questões relacionadas com as árvores na zona das Torcatas, se eu percebi bem, e um conjunto de outras, rua Barradas de Carvalho, Cristo Rei, há todo um conjunto de questões que tomámos nota delas, naturalmente que iremos comunica-las aos serviços e procuraremos depois também dar resposta às questões colocadas pelos Srs. Deputados Municipais, mas não deixando naturalmente mais do que a resposta, aquilo que se deseja é que o problema se resolva.

Em relação às questões de segurança, também em relação ao que se passou e que foi motivo ontem de esclarecimento na zona e no percurso que liga a Faculdade de Ciências e Tecnologia, também este aspeto aqui colocado pelo Sr. Deputado António Maco em relação à iluminação na zona da Egas Moniz, voltaremos a ver o que é que se passa na iluminação nessa área.

O posto da PSP em Almada vai ser reativado, já houve uma visita às instalações, portanto solicitavam-nos algumas medidas de reforço das instalações para que ela pudesse entrar em funcionamento, portanto os nossos serviços estão a diligenciar nesse sentido e a fazer os investimentos necessários. Há também um acordo com a PSP no sentido de podermos investir mais numa intervenção de proximidade, portanto vão ser fornecidas brevemente quatro bicicletas que nos foram solicitadas pela PSP para os agentes poderem desenvolver a sua atividade. Enfim, há um conjunto de outras medidas, há uma dinâmica de colaboração com a PSP que está em curso e que naturalmente procura atender às preocupações de segurança que também aqui foram trazidas.

Em relação ao Teatro, ao Teatrinho antigo Teatro de Almada, ele brevemente será posto em funcionamento, não é possível ainda definir uma data, há algumas questões relacionadas com equipamento de que está a ser dotado e portanto muito brevemente estará em funcionamento também o teatro, esse problema virá a ser resolvido.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

No que diz respeito à Academia Almadense e ao Cineteatro e à empresa que estava a fazer a obra, era uma obra QREN, com o apoio dos Fundos Comunitários, a empresa faliu, foi necessário fazer o contrato com a segunda classificada, relançar o procedimento e parece que está em curso e brevemente a obra vai recomeçar. Portanto é o esclarecimento que neste momento lhe posso dar em relação a essa questão.

AMARSUL, portanto aquilo que referiu é verdade, nós já recebemos a Comissão Sindical dos Trabalhadores da AMARSUL, já também estivemos com o Conselho de Administração da AMARSUL. Há uma questão que nos foi colocada, fizemos sentir justamente a mesma questão que aqui nos trouxeram era desejo do Conselho de Administração da AMARSUL que deixássemos de fazer a recolha ao domingo. Portanto, dissemos que não, que não aceitávamos isso pelo menos enquanto houver queixas dos Municípes não há condições para que esse dossier possa ser reaberto e portanto deve continuar a ser feita a recolha. No que diz respeito aos contentores e à segurança, aquilo que o Sr. Deputado referiu, nós também notámos, quando foi do vendaval tivemos esse problema, as nossas equipas foram alertadas para essa situação, tomaram algumas medidas ou deitando os contentores nuns casos, ou procurando que eles ficassem presos noutros casos, mas admitimos perfeitamente que não se tenha conseguido resolver todos os problemas naqueles dias. De qualquer maneira há muita coisa a fazer para melhorarmos o nosso trabalho nessa área como é do vosso conhecimento. Em relação às questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado Nuno Matias. Vamos alterar a apresentação, estes referem-se aos últimos dois meses do ano passado, a partir do próximo ano a apresentação será pelas linhas de orientação. Portanto, em relação a cada linha de orientação será referido o que é que se fez, que permitirá de forma mais fácil que todos se vão dando conta da concretização ou não daquilo que está proposto e portanto melhorar a possibilidade de fiscalização que cabe à Assembleia Municipal e aos membros da



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Assembleia Municipal exercer. Em relação ao número de processos judiciais pendentes nós temos para já uma informação parcial, que em sessão de Câmara fizemos já referência a ela, não está finalizada, foi-nos feita uma sugestão no sentido de serem caracterizados o tipo de processos, porque são processos de características muito variadas. No que diz respeito ao GACECI, é uma atividade que tem sido acompanhada e articulada pela Agência Nova Almada Velha, a reunião de Conselho de Administração e Assembleia Geral vai-se realizar na próxima quarta-feira, e estaremos em condições de dar uma informação acerca desta matéria.

Não sei se há alguma questão que me escapou, mas se escapou agradeço que me possam ainda chamar atenção.”

**7.5.2.9** - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uso da palavra para referir dois aspetos relacionados com a área da educação. O Partido Socialista tem insistido, apresentou no programa da campanha eleitoral e tem referido com frequência a importância que atribui às crianças e às famílias, para além do apoio tradicional que vinha a ser dado. Portanto, temos referido nomeadamente a necessidade de apoiar as crianças e as famílias fora do horário escolar estritamente escolar e também nas pausas e nos períodos de férias. Portanto, é com muita atenção que encontramos e lemos as referências a matérias não sendo exatamente as que eu referi, aproximam-se do ponto de vista da temática.

Na página vinte e seis há uma referência que é a seguinte, “monitorização das medidas de discriminação positiva aplicadas no âmbito do programa de apoio às famílias em situação de carência social (alimentação e prolongamento de horário)”. A questão que eu colocava era se este trabalho de monitorização dá origem, deu origem a algum relatório que possa ser consultado, porque obviamente havendo relatório eu quero consulta-lo e apresentarei um



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

pedido nesse sentido à Mesa da Assembleia, mas não vale a pena fazê-lo se me disserem que não existe. Portanto era essa por enquanto a resposta que eu queria. Era se existe ou não existe algum resultado desta monitorização que é referida.

Depois há referência no Relatório e bem, a intervenções a nível do Parque Escolar da Rede Escolar da responsabilidade do Município.

Nós ontem votámos uma Moção, aliás votámos hoje no início desta reunião uma Moção a propósito da retirada do fibrocimento, da retirada do amianto de uma escola situada no nosso Concelho que é da responsabilidade do Poder Central. Eu penso que ainda existe algum material de fibrocimento, portanto contendo amianto em edifícios municipais, nomeadamente em escolas da responsabilidade municipal, e eu queria saber relativamente a isso se é verdade, se ainda existe, se existe, se há esse levantamento para eu também poder pedir para consultar, e também gostava de saber se já existe um plano de remoção desse material que possa também ser pedido para eu consultar.”

#### **7.5.2.10 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu gostaria só de pedir um esclarecimento com base numa visita que os autarcas do PSD fizeram e de uma reunião que tiveram com o Comandante da PSP, no passado dia dezassete de janeiro e em relação à informação que aqui foi dada pelo Sr. Presidente sobre a nova esquadra na zona de Almada Velha, porque à data o novo comandante exatamente em resposta a uma solicitação nossa de informação sobre esse espaço, deu-nos a nós a indicação e a informação que do lado da PSP, se o espaço que estava previsto inicialmente continuasse a ser o mesmo, não estaria na disposição de fazer ali qualquer tipo de unidade, porque entendia que não estavam reunidas as condições mínimas para operacionalização daquele espaço. O Sr. Presidente falou de algumas intervenções que poderão ser feitas, a



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

pergunta que lhe deixava é exatamente se vai de encontro a esta exigência da PSP, no sentido de adaptar com outras características aquilo que inicialmente estava previsto para aquele local.”

**7.5.2.11** - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Sr. Deputado tem toda a razão em colocar esta questão, mas como compreende a matéria é de tal delicadeza que nós o máximo que podemos é fazer uma reunião a três. Eu, o Comandante da PSP e o Sr. Deputado para esclarecermos em definitivo essa matéria. Mais não posso adiantar.

Agora, aquilo que está previsto, ou melhor, nós quando fomos visitados pelo Sr. Comandante da PSP, quando ele tomou posse e nos contactou levantámos a questão daquela instalação porque nós precisamos dela, se a PSP não utiliza há três anos, então regressa à casa, e na semana seguinte muito rapidamente disseram-nos que iam utilizar e fomos lá visitar, foi na visita e tendo em conta a finalidade, foi dito que era necessário fazer algumas intervenções, tomar algumas medidas para reforçar a segurança da instalação e nós dispusemo-nos a fazer isso e os nossos serviços têm estado a tratar desse assunto. Foram também solicitadas algumas outras coisas, aliás já referi há pouco a questão das bicicletas e outras e estamos disponíveis para isso tudo. As bicicletas devem já ter sido encomendadas ou pelo menos isso já me passou pelas mãos para se comprarem as ditas bicicletas. Portanto sobre essa outra parte não sei.

O Sr. Deputado como teve a última informação, não sei se é a última, mas como tem uma relação fácil ou mais fácil que a minha com o Sr. Ministro da Administração Interna, talvez tenha possibilidade de muito rapidamente saber o que é que se pretende fazer aqui em Almada com as Forças de Segurança que acho que nós agradecemos Sr. Deputado António



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Maco, todos nós ficaremos naturalmente agradecidos sobre o que é que o futuro nos reserva. Aliás como também são parceiros de governação, talvez sobre essa matéria possam falar os dois e depois dizerem-me a mim e dizerem-nos a nós a que conclusão é que chegaram. Portanto sobre esse assunto é o que posso dizer, mas dizer que as nossas relações com as Forças de Segurança são as melhores e portanto não há nenhuma razão para estarmos a pôr aqui em dúvida se é assim ou assado, pensamos que as coisas vão correr bem também neste sentido.

Em relação às questões relacionadas com as Escolas, a monitorização é a monitorização, portanto nem sequer é um diagnóstico, é acompanhar aquilo que já temos vindo a fazer nessa medida. Poderemos chegar e teremos que chegar a uma avaliação da nossa intervenção e o nosso propósito nesta matéria, aliás na linha daquilo que aprovámos no âmbito do Plano de Atividades e das Grandes Opções do Plano, onde são encaradas as possibilidades, naturalmente com algum estudo da nossa intervenção nessa linha, como referi. Portanto, há aqui uma política que pretendemos desenvolver, como já foi dito noutras ocasiões fá-lo-emos de forma gradual para não ficarmos às tantas com uma responsabilidade que esteja para além daquilo que seja a justa medida das nossas responsabilidades e portanto também nestas matérias queremos fazer, mas temos que fazer com a devida ponderação. Mas o Relatório chegará e se for necessário algum esclarecimento mais preciso sobre qualquer situação mais concreta será informado, aliás como os Srs. Deputados têm direito de serem informados. Penso que haverá disponibilidade da parte do Sr. Vereador e dos Serviços em poder recebe-lo e tratar das questões que nessa matéria acha por bem colocar.

Em relação ao problema do amianto, aquilo que posso dizer, como disse já ontem e sem estar neste momento em condições de poder dizer em concreto qual é a situação, é que a



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

ideia que temos e penso que é geral, não somos só nós, isto já foi colocado também a nível da Área Metropolitana de Lisboa, é que o problema existe, existe provavelmente em maior dimensão do que aquilo que se diz. Agora também vos quero dizer, e aqui falo como Presidente da Câmara, mas também falo como um bocadinho como especialista na matéria. Aquilo que se tem feito em muitos casos e tomarem medidas no sentido de minimizarmos ou de evitar a exposição ao amianto, ele está lá, mas tem uma parede à frente. Porque o custo de o retirar deve ser considerado em muitos casos. O Partido Socialista já foi Governo, o Partido Social Democrático é Governo e quem tem responsabilidades no Governo faz contas. É preciso dizer isto às pessoas. E se tiver condições para minimizar no sentido de não pôr em risco a saúde das pessoas ou das crianças, deve fazê-lo. Tem obrigação de o fazer. E portanto nesse aspeto tem obrigação de o fazer. E deve fazê-lo imediatamente. Porque os riscos da exposição ao amianto transformam-se em doença possivelmente ao fim de quarenta anos. E aquilo que era uma criança com dez anos poder ter um mesotelioma aos quarenta e cinco ou aos cinquenta e não sabe de onde, foi porque andou numa determinada escola. E portanto nós temos que salvaguardar isso. Agora vamos fazer isso fazendo, essas coisas são para se fazer, para fazer responsabilmente, e a pior coisa que há em torno destas matérias é criarmos aí o alarmismo e a confusão geral. Não leva a lado nenhum. A não ser que o Governo o atual e o que venha a seguir queira lá pôr o dinheiro. Porque quando se levantar o problema, ponham logo o dinheiro em cima da mesa para resolver o problema, assim é que é bonito. Porque neste Governo mas também no anterior e eu fui autarca no Seixal, tivemos uma escola que ardeu em Corroios, meses e meses e meses para que o problema fosse resolvido. E não era deste Governo, era do anterior. Portanto, nada de alarmismos em relação a isto, é para resolver o problema. Esta é a nossa atitude. Problemas destes é identificar e resolver, assim é que é.”



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

7.5.2.12 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

No fundamental penso que estamos de acordo, é óbvio e já tivemos algumas ocasiões em que referimos este assunto, a minha posição, a posição do PS sobre esta matéria é uma posição serena, uma posição conhecedora também, sabemos os riscos que existem e que tipo de soluções é que podem ser tomadas. É óbvio que a interposição ou o encapsulamento dos materiais fazem sentido, nós temos que ser realistas a propósito do caso da Escola 2,3 da Trafaria, aprovamos a Moção, faz sentido aprovarmos a Moção mas deve ser contextualizado este aspeto com serenidade. É matéria que deve ser equacionada, que a solução também deve ser perspetivada, mas não existem recursos no País para retirar as placas de fibrocimento de todos os edifícios públicos que tem este material em grande quantidade. Hospitais, Centros de Saúde, Escolas, até Bairros Sociais, todos eles têm grande quantidade de fibrocimento e o fibrocimento tem graus de degradação diversificados, tem de facto menos perigosidade do que outros materiais que utilizam o amianto, nomeadamente as fibras de isolamento de paredes, etc., são muito mais preocupantes, mas de qualquer modo havendo da nossa parte também essa perspetiva serena e construtiva, há um aspeto que é fundamental, que é o levantamento. E relativamente a esse levantamento é que não pode haver delongas, não pode haver desculpas, é preciso levantar, é preciso conhecer, porque só conhecendo é que se podem perspetivar as melhores soluções. E portanto o apelo que eu faço aqui à autarquia é no sentido de que mais rapidamente possível se faça esse levantamento que aliás está previsto na Lei e que depois em função desse levantamento, em função da caracterização das situações em concreto se perspetivem as melhores soluções. Nalguns casos o limite pode ser retirar de urgente, mas noutros casos pode ser o



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

acompanhamento, a monitorização, cá está a monitorização ou o encapsulamento. Portanto, há várias soluções técnicas mas é preciso conhecer para perspetivar as melhores soluções.”

**7.5.2.13** - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É só para dizer que em relação ao levantamento, aliás estamos de acordo no essencial em relação a isto, para não dizermos em praticamente tudo. O levantamento está em curso e penso que tal como há pouco se referiu em relação a outra matéria, também em relação a esta será possível em contato com os Serviços podermos abordar em concreto as várias situações que se nos colocam. O nosso interesse é que seja resolvido e pensamos que mesmo, enfim, não havendo no País, podemos dizer, o dinheiro para resolver isso, pelo menos com a celeridade que o problema merecia, mas de qualquer forma as soluções que venham a ser encontradas podem ser encontradas de uma forma consensual, até porque nesta matéria a vida mostra que há um consenso muto alargado no País sobre estas questões e portanto estamos todos do mesmo lado e o que é necessário é que o problema se resolva. Identificadas as situações poder-se-ão visitar os locais e procurar-se as melhores soluções.”

**7.5.3** - Encerrou-se o debate, dando por apreciada a atividade municipal.

**7.6** - Entrou-se no ponto 3.6 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 15/XI-1º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 29/01/2014, sobre a “Aquisição de serviços de fornecimento de energia elétrica em Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE)”, (**Conforme Anexo XXIII**).

**7.6.1** - Para apresentar a referida Proposta usou da palavra o Sr. Vereador José Gonçalves a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

**7.6.1.1** - O Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É uma Proposta a solicitar à Assembleia Municipal a autorização para os Serviços Municipalizados relativa à aquisição de serviços de fornecimento de energia elétrica em média tensão e baixa tensão especial, para os equipamentos dos Serviços Municipalizados e o que se pede é que esta autorização de compromisso plurianual seja estabelecido com a distribuição que consta na proposta e com um montante global de cinco milhões seiscentos e setenta mil euros, sem IVA. Permitindo-nos aqui que se possa usar o acordo quadro através da Agência Nacional de Compras Públicas. É uma Proposta no sentido de autorização de um compromisso plurianual para a aquisição de serviços de energia elétrica.”

7.6.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 15/XI-1º, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

#### **Deliberação:**

**Tendo em consideração a necessidade de aquisição, para as instalações dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada, de energia elétrica em Média Tensão (MT) e Baixa Tensão (BTE), feita mediante procedimento pré-contratual de ajuste direto, com convite às empresas selecionadas mediante Acordo Quadro AQ-ENE-2011 nº 11.18.05 da Agência Nacional de Compras, E.P.E.**

**A Assembleia Municipal aprova a Proposta da Câmara Municipal nos precisos termos da deliberação camarária de 29.01.2014, pelo que nos termos e para os efeitos da alínea k), nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c), nº 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, autoriza os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento a assumir o compromisso de aquisição de energia elétrica em Média Tensão**



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**(MT) e Baixa Tensão (BTE) até ao montante anual de 1.890.000,00 €uros, sem IVA, totalizando para o período de 3 anos o montante de 5.670.000 €uros, sem IVA.**

7.7 - Entrou-se no ponto 3.7 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 16/XI-1º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 29/01/2014, sobre a “Desafetação de parcela de Terreno do Domínio Público Municipal, sita na Quinta da Ramalha, no PP7, Freguesia do Pragal”, **(Conforme Anexo XXIV)**.

7.7.1 - Para apresentar a referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

7.7.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Da minha parte não há muito a acrescentar, a Proposta está em cima da Mesa, foi distribuída e é simples o seu objeto.”

7.7.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 16/XI-1º, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

#### **Deliberação:**

**Considerando que das obras de urbanização relativas ao Alvará de Loteamento nº 240/89, resultou a existência de dois espaços, em que um deles está ocupado por um Posto de Transformação e o outro encontra-se livre, destinado a equipamento, importando assim a constituição de dois lotes para o domínio privado municipal.**

**Considerando a informação dos serviços municipais de não se verificar inconveniente do ponto de vista urbanístico, uma vez que não são alterados os demais parâmetros urbanísticos definidos para o local pelo Plano Parcial de Almada.**



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Considerando também a isenção de procedimento de consulta pública tendo presente o previsto no artigo 22º, do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de setembro, em vigor e no artigo 6º do Regulamento Urbanístico do Município.

Considerando ainda que para a constituição dos referidos dois lotes no Alvará de Loteamento nº 240/89 implica a desafetação da área de 110 m<sup>2</sup> do Domínio Público Municipal.

Pelo que a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos da alínea q), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera desafetar do Domínio Público Municipal a parcela de terreno com 110,00 m<sup>2</sup>, sita na Quinta da Ramalha, Parcela 41 do PP7, freguesia do Pragal, Concelho de Almada, confrontado a Norte com Domínio Público Municipal (Rua de Marcos Assunção), a Sul com Domínio Público Municipal (Largo de Costa Pinto), a Nascente com Lote 5, e a Poente com Lote 6.

7.8 - Entrou-se nos pontos 3.8 e 3.9 da agenda com a apreciação e votação das Propostas Nº 17/XI-1º e 18/XI-1º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em reunião camarária de 05/02/2014, sobre a “Alteração do número de postos de trabalho, na Carreira de Educador de Infância” e o “Recrutamento excecional/constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo determinado e indeterminado, para preenchimento de postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional”, respetivamente, (**Conforme Anexo XXV e XXVI**).

7.8.1 - Para apresentar as referidas Propostas usou da palavra o Sr. Vereador José Gonçalves a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

7.8.1.1 - O Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

São duas Propostas relativas a Recursos Humanos. A primeira Proposta resulta do facto de termos em novembro solicitado à nossa Assembleia Municipal a autorização para um



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

procedimento concursal relativo a um posto de trabalho para a Carreira de Educadora de Infância. Entretanto houve aposentação de outros trabalhadores e a proposta que trazemos é no fundo aproveitar o procedimento alargado de um para dois postos de trabalho no sentido de garantir que o nosso equipamento de infância que presta um serviço de grande relevância aos filhos dos trabalhadores da Câmara e dos SMAS possa naturalmente garantir um quadro de pessoal que assuma a condição de continuar a prestar esse serviço de qualidade. A Proposta em concreto é de um para dois educadores de infância.

A outra Proposta tem uma componente que é habitual trazermos também aqui à nossa Assembleia Municipal, tem em vista o recrutamento para a época balnear de um reforço de trabalhadores na área da limpeza e varredura e condução de máquinas pesadas, como habitualmente trazemos essa proposta no sentido de nos ser permitido o recrutamento para a época balnear de trinta postos de limpeza e varredura, cantoneiros de limpeza e seis condutores de máquinas pesadas e veículos especiais. Como também já foi abundantemente referido nesta Assembleia, esta solução tem sido habitual para quatro meses, pedíamos à nossa Assembleia que pudesse ser antecipado para podermos responder com maior qualidade à necessidade de intervenção na Costa da Caparica. E portanto, com a devida adaptação é evidente que o que é compromisso essencial está entre um de junho e trinta de setembro, mas faremos tudo para que o recrutamento possa ser mais expedito e possamos reforçar as nossas equipas de intervenção na Costa da Caparica. Trazemos também já em execução o Mapa de Pessoal aprovado pela Assembleia Municipal e que naturalmente está a ser acompanhado e avaliado em cada momento, trazemos a proposta de recrutamento de um conjunto de trabalhadores também por situação de saída por aposentação e outras razões de mobilidade, foram deixando vagos os seus lugares e portanto a proposta que trazemos de recrutamento no vínculo mais forte que é por tempo indeterminado de trinta e seis



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

trabalhadores também para a limpeza e varredura; cinco condutores de máquinas pesadas e veículos especiais; três para os Cemitérios - coveiros; depois condução de viaturas ligeiras; eletricitas de automóveis; canalização; eletricitas; jardineiros; lubrificação de automóvel; serralharia civil. Portanto um conjunto de postos de trabalho que pensamos de grande relevância para continuarmos a manter a resposta municipal e a qualidade de vida dos nossos munícipes.”

**7.8.2** - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais José Lourenço e Nuno Matias.

**7.8.2.1** - O Sr. Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós em primeiro lugar congratulamo-nos, primeiro que tudo com a aprovação desta Proposta por unanimidade na Câmara Municipal. Eu acho que é extremamente importante que uma gestão destas e numa altura que todos sabemos o que é que acontece na Administração Pública em Portugal, em que são impostos cortes na Administração Pública de dois por cento para a Administração Central e para a Administração Local, que o Executivo Municipal por unanimidade e com forças políticas diferentes tome uma decisão destas, nós achamos que é extremamente importante e congratulamo-nos com isso. Isto significa um pouco que enquanto que alguns empurram milhares de portugueses para fora do País, para o desemprego e para fora do País. Todos sabemos que nos últimos dois anos mais de duzentos mil portugueses foram obrigados a sair do País, e estão a sair neste momento estima-se à volta de dez mil por mês. Eu acho que é motivo de orgulho para todos nós termos um Município que tome uma decisão deste tipo. É evidente que sabemos que esta decisão pode custar ao Município, porque irracional que pareça, esta decisão pode custar ao Município uma multa , uma multa. Porque se como na Proposta está se serão admitidos cinquenta e poucos trabalhadores por



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

tempo indeterminado, eu penso, eu não tenho o número exato, mas eu acho que o Município deve ter à volta de mil e quatrocentos trabalhadores, o Município este ano tem que reduzir, reparem nisto, o Município terá que em princípio reduzir o seu número de trabalhadores em vinte e oito. Como vai admitir cinquenta e poucos para tempo indeterminado significa que este ano tem de reduzir oitenta, e se não reduzir há esta irracionalidade que são as políticas de austeridade que eu acho que um dia mais tarde todos vamos falar sobre elas de uma forma mais calma, que faz com que o Município tenha que ou reduzir ou é multado. Isto independentemente dos últimos dados que saíram da Direção Geral da Administração Pública, de nos dizer que nos últimos dois anos os Municípios reduziram o pessoal em quase sete por cento. Mas isso não basta, porque este Governo acha que isto não é suficiente. Para além de reduzir sete por cento é preciso que cada um reduza dois por cento. É por isso mesmo que eu e nós congratulamo-nos por termos pessoas que localmente, independentemente do seu partido tomar a decisão irracional, eu diria mesmo estúpida de fazer isto aos Municípios, não deixam de assumir uma divergência em relação a isto. Portanto, nós gostávamos que isto ficasse reafirmado.”

#### 7.8.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu confesso que fico pasmado como é que depois da tentativa que penso eu que foi construtiva, positiva, depois há a tentação de trazer alguma mensagem panfletária, porque eu parece-me que a Proposta foi apresentada de forma, seja na Câmara, seja na Assembleia Municipal de forma objetiva a dar uma resposta a uma carência operacional numa determinada área e num determinado sector da autarquia. E portanto penso que faz sentido não fazer política com aquilo que é uma questão de operação da autarquia e de uma decisão que nos parece a nós que tem racionalidade e deve merecer o apoio. Quando depois a partir



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

daí se faz uma leitura genérica sobre o funcionamento das autarquias e a necessidade de ter mais ou menos funcionários em relação àquilo que são o cumprimento de racionalização de toda a máquina do Estado seja a nível central, seja a nível local, já nos parece a nós excessiva face ao contexto que está aqui em análise, face à decisão que devemos racionalmente tomar e depois ainda adjetivar como foi aqui adjetivado é no mínimo muito pouco cordial e parece-me perfeitamente desfasado daquilo que é a discussão central que está aqui em cima da mesa. Porque se quisermos pensar sobre aquilo que poderia ser o número ideal de trabalhadores das autarquias poderíamos ter muito que falar e poderíamos ter muito que avaliar, até que ponto é que se necessita ter x ou y, porque é que faz sentido ter x ou y dependendo das competências e dependendo das atribuições e das capacidades de atuação da autarquia e portanto aí é uma discussão que realmente podemos todos fazê-la, mas carecia que seja uma discussão mais séria e menos panfletária, porque manifestamente e neste caso foi tão desfasado e a adjectivação foi tão desproporcionada que parece-nos a nós que não enriqueceu o debate e pelo contrário veio fraturar uma proposta que parece-nos a nós desde o início que tinha racionalidade e fazia sentido que não tivesse sido usada como uma oportunidade para dizer tudo aquilo que foi dito.”

#### 7.8.2.3 - O Sr. Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu sou daqueles que acho que o homem é um animal político, e esta conversa, esta proposta não é política, esta proposta é panfletária isso é que é disparate dizer isso, isso é que é disparate. Porque a questão que eu lhe coloco é esta, será que esta decisão da Câmara, se aqueles pressupostos que eu coloquei não forem satisfeitos a Câmara será multada, porque se aprova que a Câmara precisa? Se isso se provar há alguma coisa na Lei que nos diga que a Câmara não é multada, isto não é uma irracionalidade, esta política?



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Então o que é que os Srs. estão a fazer, vocês aqui não fazem política. Vocês cozinham umas coisinhas, é lá em cima que se faz política, aqui é culinária. Nós não fazemos política porque nós não temos capacidade para fazer política, é uma coisa que se faz lá no outro lado. Por amor de Deus, já chega um pouco desse discurso, eu acho que é a política que enriquece e a política não tem que ser entendida como baixa, é uma coisa até muito dignificante e até que hajam posições diferentes. Agora, não se entendam as posições diferentes como uma coisa que não é política, é uma coisinha mais sem, menos sal, mas é política, nos Municípios não se faz política. E os trabalhadores do Município sabem isso perfeitamente e aliás sofrem muito bem na pele e têm sofrido nos últimos anos quais são as consequências desta falta de política em relação ao Municípios. Que maravilha.”

#### 7.8.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu não disse em nenhuma circunstância que não se faz política, como é óbvio em qualquer ato o que todos nós fazemos é fazer política. Eu disse é que aquilo que foi aqui feito foi ao fim ao cabo uma situação de baixa política e foi uma situação de baixa política em relação a uma proposta que faz sentido do ponto de vista operacional da autarquia, que foi assumido pelos Vereadores entre os quais os Vereadores do Partido Social Democrata e aquilo que aqui aconteceu foi uma interpretação em relação a um contexto que nem tem a ver diretamente com aquilo que é a proposta em questão e a interpretação que aqui foi feita sobre aquilo que não deveria ser trazido neste momento em relação a estas matérias. Porque parece-nos a nós que necessariamente todos estamos aqui para fazer política, na dialética democrática temos necessariamente direito a ter opiniões diferentes, o Sr. Deputado José Lourenço acha que o Governo está a fazer muito mal àquilo que é a reconfiguração, há muita gente que acha que é mal, há muita gente que acha que é bem a seu tempo essa



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

avaliação politicamente também será feita, esse é o jogo da democracia. Agora, a forma como está a trazer para aqui o debate, necessariamente não foi feito nos termos e na forma e penso que com uma adjetivação realmente muito pouco feliz, que ajudasse a uma proposta que nos parece a nós que tinha racionalidade de ser apresentada e de ser votada. E com isto não nos demitimos de participar nos debates, como está visto. E futuramente, certamente quando concordamos, concordamos, quando discordamos apresentamos motivos e vamos sempre apresentar propostas alternativas, porque essa é também a nossa forma de fazer política. Mas pode ter a certeza que não vamos usar do mesmo estilo, da mesma forma e da mesma adjetivação como o fomos aqui brindados todos em relação a esta matéria. Não só porque não faz sentido, não é verdadeiramente urbano e cívico e fica muito mal a quem o faz.”

**7.8.3** - Não havendo mais pedidos para uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Propostas Nºs 17/XI-1º e 18/XI-1º, que foram aprovadas por unanimidade, através das seguintes deliberações:

#### **Deliberação:**

**A Assembleia Municipal, em reunião realizada no dia 15 de novembro de 2013, deliberou autorizar a Câmara Municipal a recorrer a procedimento concursal, mediante recrutamento excecional de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica, para preenchimento de um (1) posto de trabalho na carreira de Educador de Infância, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por Tempo Indeterminado, destinado a conceber e desenvolver o projeto educativo e garantir o normal funcionamento da Creche e Jardim de Infância 1º de Maio.**

**Também em reunião plenária realizada no dia 20 de dezembro de 2013 a Assembleia Municipal aprovou a proposta da Câmara Municipal de Mapa de Pessoal dos Serviço**



## **MUNICÍPIO DE ALMADA**

### **Assembleia Municipal**

Municipais para 2014 com o número de postos de trabalho necessários à prossecução dos objetivos e estratégias definidos para (e pelo) Município, a desenvolver durante a respetiva execução anual, apresentando, para suprimento das necessidades permanentes, na carreira de Educador de Infância, o preenchimento de dois (2) postos de trabalho, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado.

As referidas deliberações da Assembleia Municipal foram publicitadas através dos Editais nºs 31/XI-1º/2013-14 e 60/XI-1º/2013-14.

Considerando que a Proposta apresentada pela Câmara Municipal explicita o cumprimento do enquadramento legislativo aplicável para efeitos de recrutamento.

Nestes termos a Assembleia Municipal de Almada no exercício das suas competências inscritas na alínea o), nº 1, artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a Proposta da Câmara Municipal nos precisos termos e condições da deliberação camarária de 05/02/2014, autorizando a alteração para dois (2) o número de postos de trabalho, a preencher por procedimento concursal, mediante recrutamento excecional de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica, na carreira de Educador de Infância, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por Tempo Indeterminado, destinado a conceber e desenvolver o projeto educativo e garantir o normal funcionamento da Creche e Jardim de Infância 1º de Maio.

#### **Deliberação:**

Considerando que o Mapa de Pessoal do Município para 2014 inscreve o número de postos de trabalho necessários para a prossecução dos objetivos e estratégias definidas nas Opções do Plano de Atividades a desenvolver durante a respetiva execução anual, nomeadamente:



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- De natureza transitória e temporária inerentes à sazonalidade e acréscimo de atividades decorrentes da satisfação e adequado acompanhamento do período temporal correspondente à Época Balnear, sendo que, a respetiva ocupação dos postos de trabalho para o efeito criados, assume relevância primordial na cumprimento das opções consagradas em Plano de Atividades, determinando este órgão deliberativo, por esta via, a consequente indispensabilidade e oportunidade na promoção do respetivo e urgente preenchimento, por forma a assegurar a boa execução das atividades programadas e a eles reportadas;
- De natureza permanente e regular inerentes ao acréscimo de atividades decorrente de saídas por exoneração, aposentação e falecimento, sendo que, a ocupação dos postos de trabalho para o efeito criados, assume relevância primordial no cumprimento das opções consagradas em Plano de Atividades, determinando este órgão deliberativo, por esta via, a consequente indispensabilidade e oportunidade na promoção do respetivo e urgente preenchimento, por forma a assegurar a boa execução das atividades operacionais programadas e a eles reportadas.

Considerando a Proposta apresentada pela Câmara Municipal de cumprimento das disposições legais aplicáveis.

Assim a Assembleia Municipal, aprova a Proposta da Câmara Municipal nos precisos termos da deliberação camarária de 05/02/2014, e no exercício das competências previstas na alínea o), do nº 1 e alínea k), do nº 2, ambos do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 2, do artigo 64º, da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, autorizado a Câmara Municipal à abertura de procedimentos concursais, mediante recrutamento excecional, demonstrado o interesse público, se e apenas, quando decorridos os respetivos procedimentos concursais e na sequência da homologação das



## **MUNICÍPIO DE ALMADA**

### **Assembleia Municipal**

listas de ordenação final, se verificar a impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa, nos termos previstos nos números 1 a 5 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade, o que será sempre precedido da adoção de todos os trâmites, procedimentos e obrigações legais vigentes, para preenchimento dos postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional a seguir descritos:

**Constituição de relações jurídicas de emprego público em regime de contrato de trabalho por tempo determinado:**

- a) **Trinta (30) postos de trabalho para exercício de atividades inerentes à Limpeza e Varredura, com prazo de duração de 4 meses (de 1 de junho a 30 de setembro);**
- b) **Seis (6) postos de trabalho para exercício de funções de Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais, com prazo de duração de 4 meses (de 1 de junho a 30 de setembro);**

**Constituição de relações jurídicas de emprego público em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado:**

- c) **Trinta e seis (36) postos de trabalho para exercício de funções inerentes à Limpeza e Varredura;**
- d) **Cinco (5) postos de trabalho para exercício de funções de Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais;**
- e) **Três (3) postos de trabalho para exercício de funções de Cemitérios - Coveiros;**
- f) **Um (1) posto de trabalho para exercício de funções de Condução de Viaturas Ligeiras;**
- g) **Um (1) posto de trabalho para exercício de funções de Eletricista de Automóveis;**
- h) **Um (1) posto de trabalho para exercício de funções de Canalização;**
- i) **Um (1) posto de trabalho para exercício de funções de Eletricista;**



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- j) Dois (2) postos de trabalho para exercício de funções de Jardinagem;
- k) Um (1) posto de trabalho para exercício de funções de Lubrificação Automóvel;
- l) Um (1) posto de trabalho para exercício de funções de Serralharia Civil;

7.9 - Entrou-se no ponto 3.10 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 19/XI-1º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em reunião camarária de 18/02/2014, sobre a “Alteração à Linha de Muito Alta Tensão Fernão Ferro - Trafaria 2 A 150 kva”, (**Conforme Anexo XXVII**).

7.9.1 - Para apresentar a referida Proposta usou da palavra o Sr. Vereador José Gonçalves a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

7.9.1.1 - O Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Esta Proposta resulta de um processo que todos conhecemos e acompanhamos há já nove anos no nosso Município, com um forte envolvimento das nossas populações, das nossas instituições e que tem merecido um acompanhamento permanente de todos. E queria naturalmente começar por assinalar o facto de estarmos hoje aqui a apreciar e a trazer à nossa Assembleia Municipal uma solução que nos parece ser uma evolução interessante do ponto de vista daqueles que são os objetivos municipais e da nossa população em conjunto e que como é nossa forma de trabalhar sempre fizemos envolver não só nas competências naturalmente da Assembleia Municipal, mas até para além das competências do órgão um conjunto de ponderações sobre este processo de tão grande relevância. Falo da proposta de construção da Linha de Muito Alta Tensão Fernão Ferro - Trafaria, que todos identificamos há nove anos como um forte ataque à qualidade de vida das nossas populações, com um impacto imenso do ponto de vista do território, com soluções de clara violação de instrumentos de gestão do território vigente no nosso Concelho, toos percebemos que estes



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

processos resultam da intervenção por um lado da rede Elétrica Nacional enquanto concessionária das LMAT e da Direção Geral de Energia e Geologia enquanto representante do Estado nestes processos de concessão. Todos também compreendemos que não deveria ser assim, que os Municípios no uso das suas competências de urbanismo, no uso das suas competências de representação do interesse das populações deveriam ser envolvidos desde o primeiro momento nestes processos, não está em causa a necessidade de construir Linha de Muito Alta Tensão, com certeza, o País precisa ter essas respostas, mas é evidente que os Municípios e as populações devem ser envolvidos num processo que tem ou pode ter um impacto imenso nas suas vidas e nas suas pretensões legítimas.

É este o processo, nós fizemos recentemente duas sessões públicas, uma na Charneca da Caparica e outra em Pêra, para auscultação da população, fizemos também uma reunião com Deputados Municipais e estamos aqui para apresentar e decidir relativamente à proposta que a Rede Elétrica Nacional fez ao Município, no sentido de evoluir relativamente ao processo, à solução construtiva e ao itinerário da rede no nosso território.

O que os Srs. Deputados Municipais têm, a informação que têm, penso que assinala de forma clara qual é esta proposta da Rede Elétrica Nacional, mas eu gostaria pela importância da informação e a pertinência do assunto que aqui estamos a apreciar, gostaria de referenciar o que já consta nos termos da proposta mas que me parece relevante:

“A proposta apresentada pela Rede Elétrica Nacional S.A. contempla o enterramento parcial da Linha acima referenciada, conforme plantas em anexo;

Será enterrada a partir do Poste 43, localizando-se ao longo da faixa rodoviária do IC32/A33 até ao nó rodoviário do Lazarim; neste, inflete para poente mantendo-se enterrada ao longo da faixa rodoviária da via que liga o Lazarim à Trafaria, até ao Poste 80, que será realocado junto ao IC20;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

O enterramento da Linha abrange a extensão de território onde a sua instalação por via aérea traz mais conflitos com as áreas urbanas e urbanizáveis da Charneca de Caparica e Sobreda;

A alteração do traçado também implica um maior afastamento do troço por via aérea ao núcleo urbano de Pêra, que passa de 70 metros para 200 a 220 metros de distância;

São anulados 35 Postes dos 46 Postes que atualmente constituem esta Linha de Muito Alta Tensão no concelho de Almada;

A proposta diminui os impactos negativos no território, no seu planeamento, na paisagem, na qualidade do ambiente urbano e qualidade de vida das populações”

Como os Srs. Deputados Municipais sabem está em curso um conjunto de processos judiciais do Município em conjunto nalguns casos Câmara Municipal, Uniões de Freguesias da Charneca/Sobreda e Trafaria e Caparica, mas também processos judiciais da Rede Elétrica Nacional contra o Município. No decurso desses processos naturalmente que houve oportunidade para ir avaliando digamos as eventuais possibilidades de ganharmos, de perdermos, de qual seriam as decisões relativas aos processos judiciais, como temos informado nos momentos que referenciei há pouco, não há neste momento nem nos processos de Almada, nem junto de outros processos ao nível do País, nem há uma clara tendência que se possa identificar de que os processos judiciais possam ter um determinado sentido e esse aspeto também gostaria de identificar porque a decisão que por ventura hoje aqui tomarmos tem naturalmente também implicações relativamente aos processos judiciais em curso e se ela for no sentido de se aceitar esta evolução do projeto da Linha de Muito Alta tensão, naturalmente que haverá espaço para um acordo de desistência múltipla dos processos judiciais entre as várias entidades. Essa também uma razão. Queria desde já indicar aos Srs. Deputados, porque em determinada altura pensámos que seria possível ter



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

aqui, para além do que está, ter mesmo já uma proposta de minuta de acordo, aliás a designação na ordem de trabalhos está feita nesse sentido, mas estes processos são processos de grande complexidade que naturalmente tiveram muito trabalho de relação entre o Município e a Rede Elétrica Nacional, mas que não basta a estas duas entidades serem envolvidas nos processos formais para serem posteriormente colocados em sede judicial. A Direção Geral de Energia é o concedente, é mesmo o principal réu no processo principal, digamos assim, que é o processo que o Município intentou para atacar o ato de licenciamento e naturalmente os advogados sentiriam que era indispensável que no acordo estivesse também a Direção Geral de Energia para que seja presente a Juiz todas as partes envolvidas em todos os processos. Não foi possível nos últimos dias ter já a concordância da Direção Geral de Energia à minuta. Não é digamos a evolução do processo mas à minuta, e desse ponto de vista naturalmente a forma que propomos para continuar com este processo. E propomos hoje à nossa Assembleia Municipal é que aprecie o projeto e a evolução do projeto em concreto, que nos diga se é de aceitar esta solução que claramente do nosso ponto de vista, pelo menos do ponto de vista do que temos abordado é uma evolução no sentido positivo daquilo que é a defesa do Município, e a defesa do Município é de que todo o traçado deveria ser enterrado, mas também abundantemente foi referido que num processo negocial teremos que ter condições de avaliar com seriedade até onde é que é possível levar em cada momento os processos de negociação. E nós temos consciência que esta proposta que hoje aqui está é aquilo que a Rede Elétrica Nacional apresenta como a proposta, neste momento a proposta possível, e desse ponto de vista colocamos, pretendemos então que a nossa Assembleia Municipal aprecie esta sugestão, esta proposta e concordando mandate a Câmara Municipal para em conjunto com as restantes entidades que são parte dos processos judiciais continuar com o processo e desejando nós que em breve possa estar presente na



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Câmara Municipal a proposta de minuta e envolvimento de todas as entidades, para então posteriormente ser entregue ao Juiz e se assim for aceite homologado por parte o Juiz existir, digamos, desistência dos processos judiciais. E no essencial esta a questão e portanto que se coloca à apreciação da Assembleia Municipal.”

**7.9.2** - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Nuno Matias, Luísa Ramos, Sérgio Bastos, Pedro Oliveira e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

**7.9.2.1** - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Para que as coisas fiquem claras e Sr. Presidente e Sr. Vereador e Vice-Presidente, o que está subjacente e penso que era bom clarificar, não é um processo negocial, o que está aqui em causa é se a Assembleia dá ou não autorização à Câmara Municipal para firmar um acordo com a REN e a Direção Geral de Energia do Ministério da Economia de o enterramento da Linha entre o Poste 43 e o Poste 80, e o afastamento na área de Pêra de setenta metros para duzentos e vinte metros. É isso tão só isso que está em causa. Tudo o que for além disto obriga a outra posição da Assembleia Municipal, no caso de o haver. Importa clarificar que, e para todos nos entendermos o que é que vamos decidir e como é que vamos decidir.”

**7.9.2.2** - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Queríamos só aproveitar este momento para nos congratularmos com o desfecho do processo. Todos nós acompanhamos ao longo dos anos esta problemática, todos nós fizemos visitas ao terreno, fomos acompanhando o evoluir das intenções por parte da Rede Elétrica Nacional e todos nós percebíamos que havia alguma irracionalidade no facto de não haver a noção de que as linhas que eram necessárias dada a necessidade de haver redundância na rede em



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

relação ao abastecimento e portanto ter essa rede perfeitamente firmada no terreno. Ainda assim estamos a falar de uma área que tem iminentemente implantação urbana, mas também percebíamos que não podíamos ser intransigentes como se calhar mandaria o ideal do mundo em relação ao enterramento definitivo e total de linha. E portanto, parece-nos que o princípio que está aqui subjacente vai muito de encontro a tudo aquilo que fomos falando de defesa das zonas de implantação mais urbana que estão nesta área fixadas e o enterramento cumpre aquilo que era a salvaguarda que desde o início se procura assegurar, bem como no que aqui também já foi falado, no aumento da distância no caso de Pêra em relação às edificações. E portanto, a nós cumpre-nos felicitar todos os intervenientes, mas ao fim ao cabo todos aqueles que ao longo do tempo procuraram sensibilizar todos, porque aqui não há vencedores nem vencidos, penso que saem bem porque se encontrou uma solução que defende melhor, é equilibrada e faz mais uso de bom senso do que aquela que inicialmente era apresentada aos Municípes e ao Município e portanto naturalmente acompanhamos porque é um desfecho feliz de um processo que não começou bem, mas que felizmente termina melhor do que começou.”

#### 7.9.2.3 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma palavra de congratulação. Tivemos finalmente o fim deste processo ou pode ser o início do fim de um processo tão conturbado.

Gostava de clarificar que a intransigência foi sempre da parte de quem a Direção Geral de Energia do Ministério da Economia, até ameaçou autarcas e eleitos se não cumprisse o que queria e aí de facto houve intransigência, ameaças, chantagem, tudo. Os adjetivos são poucos para classificar e qualificar aquela postura intolerável dos responsáveis perante a luta das populações e perante a firmeza dos autarcas. E portanto, nós estamos hoje aqui e eu estou



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

muito de acordo com a observação que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal faz, porque nós temos que votar em função do que está escrito e não em função do que receamos que venha a estar escrito. E nessa perspetiva obviamente que o voto é favorável, porque tudo aquilo que não for de acordo com o que está escrito não vale, tudo aquilo que vier no futuro a prejudicar a parte cujo processo não é enterrado, nós confiamos nesta Vereação, neste Presidente e sobretudo não é só na capacidade dos eleitos é sobretudo na sua ligação e na luta das populações.

Vale a pena lutar, as lutas e as vitórias não se veem na semana seguinte mas é a demonstração que com firmeza, com respeito, com lealdade e com efetivamente a razão do nosso lado, mais cedo ou mais tarde conseguimos os objetivos.”

#### 7.9.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Partido Socialista congratula-se obviamente com a solução que foi encontrada, no sentido de fazer o enterramento da Linha de Muito Alta Tensão entre sensivelmente o início do Concelho de Almada e o IC20 e posteriormente segue em linha aérea. Mas o que está aqui em causa é que nós estamos a votar uma proposta de um traçado que ainda não tem o parecer de uma entidade que aqui é bastante importante, que é a Direção Geral de Energia e Geologia. Porque a entidade que tem capacidade de licenciamento, que é a Direção Geral de Energia e Geologia vier dizer que esta linha precisa de um novo licenciamento então o processo volta à estaca zero. E recordo igualmente que é uma declaração de impacto ambiental sobre este projeto até dois mil e sete e a Agência Portuguesa do Ambiente pode igualmente achar que o enterramento da linha, a alteração do traçado é uma alteração substancial ao projeto e portanto exigir um novo estudo de impacto ambiental. Portanto o Partido Socialista estando obviamente satisfeito com a proposta da REN, mas não sendo ela



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

ainda firme, não havendo ainda uma minuta que integre o terceiro elemento que aqui é parte chave neste processo, renova-se o direito quando essa minuta vier aqui votá-la. Neste momento iremo-nos abster.”

**7.9.2.5** - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Linha de Muito Alta Tensão

O Bloco de Esquerda não pode deixar de referir o facto de ter recebido a proposta de “Alteração à Linha de Muito Alta Tensão Fernão Ferro - Trafaria” às 16h10 e as “peças desenhadas - Documento de Trabalho” às 22h de ontem, dia 19 de fevereiro, documentos referentes ao ponto 3.10 da Ordem de Trabalhos desta Assembleia Municipal, o que impede, naturalmente, uma análise mais aprofundada e a apresentação de propostas com maior fundamentação.

Desde 2005 temos acompanhado todo o processo e todas as decisões tomadas, quer na Assembleia Municipal, quer no Executivo Camarário e assim não podemos deixar de relevar aspetos das decisões anteriormente tomadas e que mereceram o apoio das populações.

A Organização Mundial de Saúde na presença de estudos não unânimes ou inconclusivos da comunidade científica, aponta para a necessidade de ser estabelecido o princípio da precaução pois existem alguns relatórios que apontam, nas suas conclusões, para uma relação entre a instalação deste tipo de estruturas (LMAT) e o aumento de incidências de algumas doenças do foro oncológico em populações que habitam em seu redor e o princípio da precaução consignado pela OMS é que, perante a incerteza quanto aos riscos de determinados equipamentos, é preferível o afastamento dos mesmos.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Existem estudos que indiciam associações entre a exposição longa aos campos eletromagnéticos e a maior ocorrência de leucemia, doença de Alzheimer ou esclerose lateral amiotrófica.

Ao longo de vários anos na Assembleia Municipal de Almada, foi possível obter consensos relativamente à posição em relação à LMAT e assim o Bloco de Esquerda reafirma nesta Assembleia, realizada em 20 de fevereiro de 2014, que deve ser enterrada em todo o percurso, desde o início da área geográfica do Concelho até à subestação de Pera, na freguesia da Caparica/Trafaria.

Trata-se de uma questão de saúde e também de economia que devem ser valorizadas e tal como era afirmado há alguns anos pelo Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, “a passagem dos cabos de muito alta tensão significa uma desvalorização terrível dos imóveis”.

A reivindicação da população de todo o Concelho de Almada tem sido assumida ao longo de vários anos e foi reafirmada na reunião promovida pelo Município em 24 de Janeiro de 2014, na sede das freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, onde ficou bem expressa a preocupação da população pronunciando-se a favor do enterramento da Linha, conclusão que foi colocada no sítio da Câmara com o título “População e autarcas de Almada exigem que a Linha de Muito Alta Tensão (entre Fernão Ferro e a Trafaria) seja enterrada em todo o percurso no concelho”.

Os princípios da precaução, do bom senso e da solidariedade devem imperar nas decisões que são tomadas e entendemos assim que toda a população do Concelho de Almada deverá estar nas mesmas condições relativamente à instalação da Linha de Muito Alta Tensão.”

**7.9.3** - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta N.º 19/XI-1.º, que foi aprovada por maioria com vinte e quatro votos a



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PSD e CDS-PP), dois votos contra (de eleitos do BE) e doze abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PAN), através da seguinte deliberação:

#### **Deliberação:**

**A Câmara Municipal e a Rede Elétrica Nacional S.A encetaram recentemente negociações no sentido de obter uma solução extrajudicial para a resolução dos litígios que os opõem na instalação da Linha de Muito Alta Tensão Fernão Ferro-Trafaria2 a 150 Kva.**

**Para acompanhamento da nova situação realizaram-se reuniões de informação e apuramento de opiniões com eleitos municipais e de freguesia, com cidadãos entidades e organizações da Charneca da Caparica e Sobreda, Caparica e Trafaria.**

**Em desenvolvimento das negociações através do req.to 3204/14 de 18/02, a Rede Elétrica Nacional S.A. vem apresentar uma alteração ao Traçado e o enterramento de 35 Postes.**

**Considerando que:**

- A proposta apresentada pela Rede Elétrica Nacional S.A. contempla o enterramento parcial da Linha acima referenciada;**
- Será enterrada a partir do Poste 43, localizando-se ao longo da faixa rodoviária do IC32/A33 até ao nó rodoviário do Lazarim; neste, inflete para poente mantendo-se enterrada ao longo da faixa rodoviária da via que liga o Lazarim à Trafaria, até ao Poste 80, que será realocado junto ao IC20;**
- O enterramento da Linha abrange a extensão de território onde a sua instalação por via aérea traz mais conflitos com as áreas urbanas e urbanizáveis da Charneca de Caparica e Sobreda;**



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- A alteração do traçado também implica um maior afastamento do troço por via aérea ao núcleo urbano de Pêra, que passa de 70 metros para 200 a 220 metros de distância;
- São anulados 35 Postes dos 46 Postes que atualmente constituem esta Linha de Muito Alta Tensão no concelho de Almada;
- A proposta diminui os impactos negativos no território, no seu planeamento, na paisagem, na qualidade do ambiente urbano e qualidade de vida das populações;

Nestes termos e ao abrigo do artigo 25º, nº 2, alínea k) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro a Assembleia Municipal concede mandato à Câmara Municipal para em conjunto com a União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda e União das Freguesias de Caparica e Trafaria, firmar Acordo com a Rede Elétrica Nacional S.A. e Ministério da Economia e Inovação, que garanta a alteração do traçado e enterramento da Linha de Muita Alta Tensão Fernão Ferro - Trafaria2 conforme proposta apresentada pela Rede Elétrica Nacional em req.to 3204/14 de 18/02/2014 e consequentemente a desistência dos processos judiciais a decorrer nos Tribunais.

7.10 - Entrou-se no ponto 3.11 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 20/XI-1º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em reunião camarária de 18/02/2014, sobre a “Adesão do Município à Plataforma - Península de Setúbal em Defesa do Serviço Público de Transportes”, (**Conforme Anexo XXVIII**).

7.10.1 - Para apresentar a referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

7.10.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

É do conhecimento geral, foi distribuída a Proposta com o documento que a acompanha. Portanto gostaríamos, se houvesse motivo para isso, de intervir depois para dar algum esclarecimento se solicitado.”

**7.10.2** - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 20/XI-1º, que foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE e do PAN) e dezassete abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD e do CDS-PP), através da seguinte deliberação:

#### **Deliberação:**

**Considerando que a Câmara Municipal submete à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal a adesão do Município à Plataforma - Península de Setúbal em Defesa do Serviço Público de Transportes.**

**Entende o executivo municipal de que:**

- A mobilidade das populações é condicionante do desenvolvimento económico social do Concelho de Almada;**
- A promoção e valorização do transporte público é uma das Linhas de Orientação das Opções do Plano para 2014;**
- O convite dirigido ao Município de Almada, por parte da União dos Sindicatos de Setúbal da CGTP-IN, para que integre a Plataforma - Península de Setúbal em Defesa do Serviço Público de Transportes, uma plataforma que pretende envolver sindicatos, comissões de utentes, autarquias locais e instituições interessadas na defesa do serviço público de transportes;**

**Considera o executivo municipal de que:**



## **MUNICÍPIO DE ALMADA**

### **Assembleia Municipal**

- Os trabalhadores do Sector dos Transportes são essenciais para a resolução dos problemas que têm vindo a ser identificados nos serviços de transportes públicos que operam no Concelho;
- Tem vindo a verificar-se uma diminuição do serviço prestado pela empresa Transportes Sul do Tejo, SA, concessionária dos transportes públicos rodoviários que servem o município;
- Tem sido anunciada a privatização da empresa Transtejo - Transportes Tejo, SA, concessionária dos transportes públicos fluviais;
- Quer a MTS - Metro, quer a Transportes do Sul, SA, quer a FERTAGUS - Travessia do Tejo, Transportes, SA, não aceitam o Passe Social na sua rede sem o acréscimo do montante pago pelo utente;
- Os utentes dos transportes coletivos são a razão de existência do sistema de transportes públicos e que não podem estar alheados das medidas que se tomem para este sector, existindo inclusive uma entidade representativa destes utentes com atividade regular, a Comissão de Utentes de Transportes da Margem Sul, que também aderiu a plataforma;
- Várias autarquias da região aderiram à referida Plataforma, como são exemplo os Municípios do Barreiro e o do Seixal, e no nosso Concelho a União de Freguesias do Laranjeiro e Feijó;

Considerando também que é justo e oportuno o entendimento e as considerações apresentadas e integram as atribuições municipais.

Pelo que a Assembleia Municipal aprova a adesão do Município de Almada à Plataforma - Península de Setúbal em Defesa do Serviço Público de Transportes.

8 - Foi concluída a ordem de trabalhos assim como a agenda da Sessão.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- 9** - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as Maria Teodolinda Monteiro Silveira, José Manuel Raposo Gonçalves, António José Pinho Gaspar Neves, Maria Amélia de Jesus Pardal, Francisco Luís Baptista Parreira, António José de Sousa Matos, Vitor Manuel dos Santos castanheira, Francisco Miguel Pereira Cardina e Mara Andreia Gonçalves Figueiredo.
- 10** - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhora Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA, da Sr.<sup>a</sup> Jurista Teresa Canarias e do Sr. Jurista Luís Brito de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e de dezanove Srs. Munícipes.
- 11** - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.
- 12** - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H35 do dia 20 de fevereiro de 2014.
- 13** - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O

PRESIDENTE \_\_\_\_\_

—

A 1<sup>a</sup>

SECRETÁRIA \_\_\_\_\_



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

A 2ª

SECRETÁRIA \_\_\_\_\_